

Uma Refutação Bíblica ao Dispensacionalismo

ARTHUR W. PINK



Monergismo.com
“Ao Senhor Pertence a Salvação”

Título do original inglês: *A Study on Dispensationalism* (1952)

Tradução: Vanderson Moura da Silva

Edição: Felipe Sabino de Araújo Neto

Salvo indicação em contrário, os textos escriturísticos empregados são sempre oriundos da versão da Bíblia de Almeida Revista e Corrigida, da Imprensa Bíblica Brasileira.

SUMÁRIO

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA.....	4
CAPÍTULO 1.....	7
CAPÍTULO 2.....	13
CAPÍTULO 3.....	19
CAPÍTULO 4.....	25
CAPÍTULO 5.....	32
NOTA DE ESCLARECIMENTO	39
UMA BREVE BIOGRAFIA	40

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

O dispensacionalismo foi um movimento que surgiu em meados do século 19, na Inglaterra, como reação ao estado de frieza e liberalismo em que se encontrava a igreja oficial. Começou com reuniões de estudo bíblico em que uma nova maneira de interpretar as Escrituras foi desenvolvida. Partindo do texto de 2 Timóteo 2.15, e entendendo em sentido literal o verbo grego *orthotomeo*, ali empregado, como faz a Versão Inglesa *King James*, o movimento julgou encontrar neste texto a chave para a “correta” interpretação da Bíblia, ao traduzir aquele verbo como “dividir corretamente” e não “manejar corretamente” a palavra da verdade (com o sentido figurado de ensinar, expor ou interpretar corretamente), como temos em nossas versões em português.

Foi assim que esse movimento passou a “dividir” em “dispensações” o modo como Deus tem administrado o seu plano para a salvação do homem ao longo da história, dispensações estas não só diferentes mas até mesmo separadas entre si, como se fossem compartimentos estanques. Entendeu-se que, em cada uma, Deus tratou ou trata os homens de um modo peculiarmente diferente, inclusive no que diz respeito à salvação. Foram nomeadas sete dessas dispensações, sendo as mais importantes a da Lei, que vai do Sinai (quando a lei foi dada através de Moisés) até a rejeição de Cristo pelos judeus, e a da Graça, que compreende o período subsequente e atual, que vai da oferta do evangelho aos gentios (estabelecimento da Igreja) até a dispensação do reino (milênio), que será a última, segundo esse modo de entender a Bíblia.

Esse movimento teve grande divulgação na América do Norte por meio das conferências de John N. Darby, um dos seus fundadores e principais expoentes. Também se tornou popular com a criação de institutos bíblicos e alguns seminários, principalmente os que não tinham filiação denominacional, grandemente influenciados com esse novo modo de interpretar as Escrituras. Mas foi especialmente com a publicação da *Bíblia de Referência de Scofield*, em 1909, com suas notas explicativas de rodapé, que ele se tornou conhecido em quase todo o mundo. Praticamente todas as denominações foram influenciadas por esse novo modo de interpretar, inclusive as de tradição reformada.

O mesmo fato aconteceu no Brasil, também impulsionado pela criação de institutos bíblicos interdenominacionais, pela publicação de livros de orientação dispensacionista, pelas conferências proféticas e escatológicas que se tornaram populares, especialmente nas últimas décadas, e também pela publicação da *Bíblia de Referências de Scofield*, em português.

Alem de dividir a história do trato de Deus com a humanidade em sete dispensações, a hermenêutica dispensacionalista se caracteriza também, dentre outros, pelos seguintes pontos: 1) uma dicotomia rígida entre Israel e a Igreja; 2) uma interpretação literalista das Escrituras, especialmente com respeito a profecias; 3) uma distinção contrastante entre lei e graça. e 4) uma distinção contrastante entre reino terreno e reino espiritual. As implicações mais graves desse modo de interpretação estão nas áreas da eclesiologia e da soteriologia, embora, de um modo geral, apenas as implicações escatológicas sejam as mais conhecidas e enfatizadas no Brasil.

Nas duas últimas décadas essa posição tradicional do dispensacionalismo vem sofrendo mudanças por parte de alguns dispensacionalistas, particularmente nos Estados Unidos da América, os quais, em diálogo com reformados, têm se aproximado bastante da posição aliancista (ou pactual) esposada em nossas confissões. Essas mudanças dizem respeito principalmente às questões relacionadas com os conceitos de lei, graça e reino. Novos rótulos para representar essa tendência foram cunhados, como, por exemplo, “dispensacionalismo progressivo” e “neodispensacionalismo”. Mas essas mudanças, embora significativas e salutares, ainda são tímidas e não contam com o apoio maciço da maioria dos dispensacionalistas.

Estas considerações são feitas neste prefácio para situar o leitor no contexto em que Arthur W. Pink escreveu este livro. Sua preocupação é com as Escrituras e o seu correto entendimento. Tendo vivido entre 1886 a 1952, seu quadro de referência nesta obra é o do dispensacionalismo clássico, ou tradicional. Pink foi pastor, teólogo e expositor das Escrituras. Como tal, queria que elas fossem corretamente entendidas e aplicadas. Escreveu este livro para combater o dispensacionalismo dos seus dias e para mostrar que há unidade e coerência nas Escrituras. A obra continua atual e relevante, pois o dispensacionalismo clássico ainda é aquele que predomina na maioria dos círculos evangélicos de nossos dias.

Para Pink, a Bíblia ensina que Deus tem apenas um povo a que chama de seu, apenas um modo de salvá-lo, apenas um propósito final para ele, sem distinção de etnias, classes ou épocas. E toda a Bíblia (Antigo e Novo Testamento) se aplica a esse único povo e a todo ele, em todos os tempos e lugares. Com uma exegese cuidadosa e coerente ele expõe as diferentes passagens das Escrituras que mostram isso. Ao mesmo tempo em que expõe as falácias da hermenêutica dispensacionalista, apresenta a harmonia e a coerência que há entre as passagens do Antigo e do Novo Testamento, especialmente aquelas que apresentam profecias no Antigo e seu cumprimento no Novo. Seu propósito é mostrar a unidade de toda a revelação divina e o aspecto progressivo que nela se encontra.

A preocupação do autor não é apenas apologética, mas também pastoral. Nesta obra não há apenas argumentação teológico-exegética convincente, mas ensinamentos homiléticos de um pastor que ama a Deus e o povo que esse Deus escolheu. É uma leitura agradável, instrutiva e confortadora. O leitor se beneficiará com o tempo gasto nestas páginas.

Rev. João Alves dos Santos

CAPÍTULO 1

Havendo escrito tanto sobre a inspiração quanto a interpretação da Sagrada Escritura¹, é necessário, a fim de dar completude ao mesmo, prover um ou dois artigos sobre a aplicação dela. Primeiro, porque isso está estreitamente relacionado à própria exegese: se uma aplicação ou um emprego errôneos de um versículo forem feitos, então, nossa explicação dele, com certeza, está errada. Por exemplo, o papismo insiste em que “apascenta as minhas ovelhas” (João 21.15-17) foi a concessão de Cristo a Pedro de um privilégio especial e de uma honra peculiar, sendo uma das passagens a qual aquele sistema maligno apela em apoio de sua disputa pela *primazia* daquele Apóstolo. Todavia, nada há em qualquer um dos próprios escritos de Pedro que indique que ele considerasse aquelas injunções de seu Mestre como constituindo a ele “Bispo Universal”. Ao invés disso, em sua primeira Epístola, há claramente o contrário, pois o encontramos ali exortando os anciães ou bispos: “Apascentai o rebanho de Deus, que está entre vós, tendo cuidado dele, não por força, mas voluntariamente; nem por torpe ganância, mas de ânimo pronto; nem como tendo domínio sobre a herança de Deus, mas servindo de exemplo ao rebanho” (5.2,3).

Desse modo, fica bem claro pela passagem acima que os preceitos de Cristo em João 21.15-17 se aplicam ou são pertinentes a *todos os pastores*. Por outro lado, as palavras de nosso Senhor para Pedro e André: “Vinde após mim, e eu vos farei pescadores de homens” (Mt 4.19) *não* se aplicam à gama e lista de Seus discípulos, mas só àqueles a quem ele chama e qualifica para o ministério. Isso é evidente pelo fato de que em nenhuma das Epístolas, onde tanto os privilégios como as obrigações dos santos são especificamente definidos, há qualquer preceito ou promessa tal. Assim, por outro lado, devemos sempre tomar cuidado ao, sem justificação, restringir o escopo de um versículo; e por outro lado, estar constantemente prevenidos contra fazer do que é geral aquilo que é manifestamente particular. É somente ao atentar cuidadosamente para a Analogia da Fé geral que seremos preservados de um e de outro equívoco. A Escritura sempre interpreta a Escritura, mas muita familiaridade com o seu conteúdo e uma comparação diligente e em oração de uma parte com a outra se fazem necessárias antes que qualquer um seja justificado ao dogmaticamente decidir o sentido ou a aplicação precisos de qualquer passagem.

¹ Visto que os artigos que compõem o presente livro foram escritos em 1952, provavelmente o autor estava se referindo aos livros *The Divine Inspiration of the Bible* (1914?), *Profiting from the Word of God* (1930-2) e *The Interpretation of the Scriptures* (1950-2), disponíveis para acesso e *download* gratuitos na Internet. O segundo já ganhou versão em nosso idioma: “Enriquecendo-se com a Bíblia”, da Editora Fiel (N. do T.)

Mas há uma razão adicional, e que é imperiosa hoje, pela qual devemos escrever sobre nosso presente tópico, e essa é a de expor o erro moderno e pernicioso do dispensacionalismo. Essa é uma artimanha do Inimigo, com o propósito de tomar dos filhos não pequena porção daquele pão² que seu Pai celestial proveu para suas almas; uma artimanha em que a ardilosa serpente aparece como um anjo de luz, fingindo “fazer da Bíblia um novo livro” ao simplificar muita coisa nela que deixa o iletrado espiritual perplexo. É triste ver quão completamente bem sucedido tem sido o diabo por meio dessa inovação sutil. É provável que alguns de nossos próprios leitores, ao perscrutarem os artigos sobre a interpretação das Escrituras, sintam mais de uma vez que estamos tomando uma liberdade indevida para com a Sagrada Escritura, que fazemos uso de certas passagens de uma maneira de todo injustificável, que apropriamos dos santos desta era cristã o que não lhes pertence, mas é antes dirigido àqueles que viveram em uma dispensação inteiramente diferente do passado, ou a alguém que ainda é do futuro.

Esse moderno método de maltratar as Escrituras — pois moderno ele certamente é, sendo bem desconhecido da Cristandade até pouco mais de um século atrás, e somente em anos recentes sendo adotado por aqueles que estão de fora do círculo estreito onde ele se originou — é baseado em 2 Timóteo 2.15³: “Estuda para mostrar a ti mesmo aprovado a Deus, um obreiro que não precisa ficar envergonhado, dividindo corretamente a palavra da verdade”. Muito pouco ou nada em absoluto é dito sobre as duas primeiras orações daquele verso, mas muito sobre a terceira, que é explicada como “corretamente seccionando as Escrituras para os dois povos diferentes aos quais elas pertencam”. Esses mutiladores da Palavra nos dizem que tudo do Antigo Testamento, de Gênesis 12 em diante, pertence inteiramente a Israel segundo a carne, e que nenhum de seus preceitos (como tais) são obrigatórios àqueles que são membros da Igreja, a qual é o Corpo de Cristo, nem quaisquer das promessas encontradas nele podem ser por eles legitimamente apropriadas. E isso, seja devidamente notado, *sem* uma única palavra nesse sentido, seja por parte do Senhor ou de qualquer um de Seus Apóstolos, e *a despeito* do uso que o Espírito Santo faz das Escrituras mais antigas em toda parte no Novo Testamento. Longe de o Espírito Santo ensinar que os cristãos praticamente considerem o Antigo Testamento tanto como o fariam a um almanaque obsoleto, Ele declara: “Porque tudo que dantes foi escrito, para

² Mateus 15.26 (N. do T.)

³ Na tradução direta da versão inglesa *King James* original do autor, que opta por ser mais literal ao texto grego. A propósito, *Rightly Dividing the Word of Truth* é o título de um popular opúsculo de C. I. Scofield que, junto com a sua Bíblia anotada, contribuiu enormemente para a difusão do dispensacionalismo, já que faz uma exposição simples e esquemática daquela doutrina; hoje, pode ser livremente acessado e descarregado da Internet. Em português, esse livrete foi publicado pela Imprensa Batista Regular e pelo Depósito de Literatura Cristã, com o título “Manejando Bem a Palavra da Verdade” (N. do T.)

nosso ensino foi escrito, para que pela paciência e consolação das Escrituras (Antigo Testamento) tenhamos esperança” (Rm 15.4).

Não satisfeito com seus esforços determinados para nos privar do Antigo Testamento, esses pretensos super-expositores dogmaticamente asseveram que os quatro Evangelhos são judaicos, e que as Epístolas de Tiago e Pedro, João e Judas são designadas para um “piedoso remanescente judaico” num futuro “período de tribulação”, que nada senão as Epístolas Paulinas contém a “verdade da Igreja”, e milhares de almas crédulas aceitam-nas *ipse dixit* — aqueles que se negam a assim agir são considerados como ignorantes e superficiais. Todavia, Deus Mesmo não proferiu uma simples palavra nesse sentido. Certamente, não há nada em absoluto em 2 Timóteo 2.15 para justificar tal método revolucionário de interpretar a Palavra: aquele versículo tem tanto a ver com o seccionar da Escritura entre diferentes “dispensações” quanto com o distinguir entre estrelas de grandezas variadas. Se aquele versículo for cuidadosamente comparado com Mateus 7.6, João 16.12 e 1 aos Coríntios 3.2, seu sentido fica claro. O ocupante do púlpito tem de ser diligente em se equipar para dar às diferentes classes de ouvintes seus “o *sustento* a seu tempo” (Lucas 12.42, ARA). Dividir corretamente a Palavra da Verdade é, para ele, ministrá-la adequadamente aos vários casos e circunstâncias de sua congregação: aos pecadores e santos, aos indiferentes e inquiridores, aos bebês e pais, ao tentado e aflito, ao apóstata e caído⁴.

Embora haja grande variedade no ensinamento da Palavra, há uma inequívoca unidade subjacente ao todo. Ainda que Ele empregasse muitos porta-vozes, as Sagradas Escrituras têm senão um Autor; e, embora Ele antigamente tenha falado “muitas vezes, e de muitas maneiras aos pais, pelos profetas” e “nestes últimos dias pelo Filho” (Hb 1.1,2), todavia, Quem falou por eles era e é Aquele “em quem não há mudança nem sombra de variação” (Tg 1.17), que, por todas as eras, declara: “Eu, o Senhor, não mudo” (Ml 3.6). Do começo ao fim, há perfeita concordância entre todas as partes da Palavra: ela apresenta *um sistema de doutrina* (nunca lemos “as doutrinas de Deus”, mas sempre “a doutrina”: vide Dt 32.2; Pv 4.2; Mt 7.28; Jo 7.17; Rm 16.17, e contraste com Mc 7.7; Cl 2.22; 1 Tm 4.1; Hb 13.9), pois que é um todo único e orgânico. Tal Palavra nos apresenta uniformemente *um* só caminho de salvação, *uma* só regra de fé. De Gênesis a Apocalipse há uma Lei Moral imutável, um Evangelho glorioso para os pecadores que perecem. Os crentes do Antigo Testamento eram salvos com a mesma salvação, eram devedores ao mesmo Redentor, eram regenerados pelo mesmo Espírito, e eram participantes da mesma herança celestial, como o são os crentes do Novo Testamento.

⁴ Pode ser também que “dividir corretamente a Palavra da Verdade” esteja se referindo à necessidade de se cotejar os textos escriturísticos com os seus respectivos contextos, como a exegese sábia o requer (N. do T.)

É bem verdade que a Epístola aos Hebreus faz menção de uma esperança melhor (7.19), um melhor testamento ou concerto (7.22), melhores promessas (8.6), melhores sacrifícios (9.23), alguma coisa melhor para nós (11.40) e, todavia, é importante reconhecer que o contraste é entre *as sombras e a substância*. Romanos 12.6⁵ fala da “proporção [ou “analogia”] da fé”. Há uma devida proporção, um perfeito balanceamento, entre as diferentes partes da Verdade revelada de Deus, a qual se faz necessário ser conhecida e observada por todos que pregarem e escreverem em conformidade com a mente do Espírito⁶. Ao advogar essa analogia, é essencial reconhecer que o que é feito conhecido no Antigo Testamento era *típico* do que é exposto no Novo e, portanto, os termos usados no anterior são estritamente aplicados no último. Muita discussão desnecessária ocorre sobre se a nação de Israel era ou não um povo regenerado. Isso é muito irrelevante: externamente, era considerada como povo de Deus e correspondia a ele e, como o Espírito afirmou mediante Paulo: “são israelitas, dos quais é a adoção de filhos, e a glória, e os concertos, e a lei, e o culto, e as promessas; dos quais são os pais, e dos quais é Cristo segundo a carne” (Rm 9.4,5).

A regeneração ou não-regeneração afetava a salvação de *indivíduos* entre eles, contudo, não afetava a relação de aliança do povo *como um todo*. Repetidamente Deus se dirigia a Israel como “apóstata”, porém, nem uma vez sequer Ele assim designou qualquer nação pagã. Não foi aos egípcios nem aos cananeus que Jeová disse: “Voltai, ó *filhos* rebeldes, e eu curarei as vossas rebeliões”, ou, “Convertei-vos, ó filhos rebeldes... porque eu *vos desposarei*” (Jr 3.22, 14). Ora, é essa analogia ou similaridade entre as duas alianças e os povos debaixo delas que é a base para a transferência das estipulações do Antigo Testamento para o Novo. Desse modo, a palavra “circuncisão” é usada no último, não com identidade de sentido, mas segundo a analogia, pois agora a circuncisão é a “do coração, no espírito” (Rm 2.29), e não a da carne. De maneira semelhante, quando João encerra sua primeira Epístola com “filhinhos, guardai-vos dos ídolos”, ele toma emprestado um termo do Antigo Testamento e o utiliza num sentido neotestamentário, pois, por “ídolos” ele não se refere a estátuas materiais feitas de pedra e madeira (como se referiam os profetas quando empregavam a mesma palavra), mas a objetos interiores de culto carnal e sensual. Assim também temos que ver o “Israel” antitípico e espiritual em Gálatas 6.16, e ao “Monte Sião” celestial e eterno em Hebreus 12.22.

A Bíblia consiste de muitas partes, primorosamente correlacionadas e vitalmente interdependente umas das outras. Deus controlou tanto todos os agentes que Ele empregou em sua escrita, e coordenou tanto seus esforços, a que eles produziram um só Livro vivo. Dentro daquela unidade orgânica há,

⁵ Na tradução direta da *King James Version* (N. do T.)

⁶ Romanos 8.27, KJV (N. do T.)

de fato, muita variedade, mas nenhuma contradição. O corpo do homem é um apenas, ainda que seja composto de muitos membros, diversos em tamanho, característica e operação. O arco-íris é somente um, entretanto, reflete de forma distinta os sete raios prismáticos, e estão harmoniosamente misturados. Assim se dá com a Bíblia: sua unidade aparece na perfeita consistência de seus ensinamentos, de uma ponta a outra. A unicidade e trindade de Deus, a deidade e a humanidade de Cristo unidas em uma Pessoa, o concerto eterno que assegura a salvação de todos os eleitos pela graça, o caminho de santidade e a única senda que conduz ao céu, são claramente revelados no Antigo e no Novo Testamento de maneira semelhante. O ensino dos profetas a respeito do caráter glorioso de Deus, as inalteradas exigências de Sua justiça, a total depravação da natureza humana, e o caminho apontado para a restauração disso, são idênticos ao do ensinamento dos Apóstolos.

Se for levantada a questão, visto que as Escrituras Sagradas são uma estreita unidade, então por que Deus Mesmo as dividiu em dois Testamentos? Talvez simplificará a matéria se perguntarmos por que Deus designou dois corpos principais para iluminar a terra — o sol e a lua. Porque, também, o esqueleto humano é duplo, possuindo duas pernas e dois braços, dois pulmões e dois rins etc.? Não é a resposta a mesma em cada caso: para incrementar e suplementar um ao outro? Porém, mais diretamente, pelo menos quatro razões podem ser sugeridas. Primeiramente, para expor mais distintamente os dois pactos que são a base dos lidares de Deus com toda a humanidade: o concerto das obras e o da graça — simbolizado pelo “velho” do Sinai e o “novo” ou cristão. Segundo, para mostrar mais claramente os dois grupos separados que são unidos naquele Corpo único que constitui a Igreja da qual Cristo é a Cabeça, a saber, os judeus e os gentios redimidos. Terceiro, para demonstrar mais claramente a maravilhosa providência de Deus: usando os judeus por tantos séculos para serem os ecônomos do Antigo Testamento, o que os condena por sua rejeição a Cristo; e em empregar os papistas por toda a idade das trevas para preservar o Novo Testamento, o qual denuncia suas práticas idolátricas. Quarto, para que um pudesse confirmar o outro: tipo por antítipo, profecia por cumprimento.

“As relações mútuas dos dois Testamentos. Essas duas divisões principais parecem-se com a estrutura dual do corpo humano, onde os dois olhos e ouvidos, mãos e pés, correspondem-se e complementam um ao outro. Não há apenas uma adequação geral, mas especial e mútua. Logo, elas precisam ser estudadas juntamente, lado a lado, para serem comparadas até nos menores detalhes, pois em nada são independentes umas das outras, e quanto mais precisa a inspeção, mais minuciosa parece a acomodação, e mais intrínseca a associação. ...Os dois Testamentos são como os dois querubins do propiciatório, voltados para direções opostas, todavia, encarando-se um ao

outro e eclipsando com glória um lugar de misericórdia⁷; ou, outra vez, eles são como o corpo humano ligado juntamente por juntas e tendões e ligamentos, com um cérebro e um coração, um par de rins, um sistema de respiração, circulação, digestão, nervos sensores e motores, onde a divisão é destruição” (A. T. Pierson, de *Knowing the Scriptures*).

⁷ Em inglês, propiciatório é *mercy seat* (literalmente, “assento de misericórdia”). Pierson faz trocadilho, impossível de ser reproduzido em português (N. do T.)

CAPÍTULO 2

Alguns dispensacionalistas não vão tão longe quanto outros a ponto de arbitrariamente erigirem quadros de avisos sobre vastas seções da Escritura, advertindo os cristãos para que não pisem em chão que pertence a outros; todavia, há uma concordância geral entre eles em que o Evangelho de Mateus — embora se ache no princípio do Novo Testamento e não no fim do Antigo! — não é pertinente àqueles que são membros do corpo místico de Cristo, mas é “inteiramente judaico”, que o sermão do monte é ‘legalístico’ e não evangelístico, e que seus preceitos severos e debilitadores da carne não são obrigatórios aos cristãos. Alguns vão tão longe que insistem em que a grande comissão com a qual ele termina não é designada para nós hoje, mas tem em vista “um piedoso remanescente judaico” depois que a era presente estiver findada. Em apoio a essa selvagem e perversa teoria, apela-se a e põe-se grande ênfase sobre o fato de que Cristo é representado, mais proeminentemente, como “o filho de Davi” ou Rei dos Judeus; mas eles ignoram um outro fato conspícuo, a saber, que em seu verso de abertura o Senhor Jesus é apresentado como “o filho de Abraão”, e *de* era um *gentio!* O que contraria ainda mais essa hipótese insustentável — como se o Espírito Santo intencionalmente a antecipasse e refutasse — é o fato de que Mateus é o único dos quatro Evangelhos onde a Igreja é mencionada, isso por duas vezes (16.18; 18.17)! — conquanto no Evangelho de João seus membros sejam retratados como ramos da Videira, membros do rebanho de Cristo, que são designações dos santos que não tem quaisquer limitações dispensacionais.

Igualmente notável é o fato de que a mesmíssima Epístola que contém o versículo (2 Tm 2.15) sobre o qual esse moderno sistema está baseado declara enfaticamente: “*Toda Escritura* é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra” (3.16,17, ARA). Muito longe de amplas seções suas serem concebidas para outros grupos de pessoas, e excluídas de nosso uso imediato, TODA Escritura tem em vista e é necessária a nós. Primeiro, ela é toda “útil para o ensino”, o que não seria o caso se fosse verdade (como os dispensacionalistas insistem dogmaticamente) que Deus possui métodos inteiramente diferentes dos da era presente para tratar com os homens do passado e do futuro. Em segundo lugar, toda Escritura nos é dada “para a educação na justiça” ou para o agir direito, mas ficamos completamente perdidos em saber como regular nossa conduta se os preceitos em uma parte da Bíblia estão agora ultrapassados (como os professores do erro asseveram) e injunções de caráter contrário tomaram seu lugar; e se certos estatutos têm sentido para outros que ocuparão este cenário após a Igreja haver sido removida dela. Em terceiro lugar, toda Escritura é dada para que um homem de Deus possa ser “perfeito

e perfeitamente habilitado para toda boa obra” — precisa ele de cada parte da Palavra para lhe fornecer todas as instruções necessárias e produzir uma vida de santidade completa.

Quando o dispensacionalista é fortemente pressionado com essas objeções, ele tenta se desenroscar de seu dilema declarando que, ainda que toda Escritura seja *para* nós, muita coisa dela não é dirigida *a* nós. Mas, realmente, tal distinção é sem importância. Em sua exposição de Hebreus 3.7-11, Owen corretamente salientou que, ao fazer citação do Antigo Testamento, o Apóstolo a introduzia com “o Espírito Santo diz” (não “disse”), e observou: “Tudo o que foi dado por inspiração do Espírito Santo e está registrado nas Escrituras para o uso da Igreja, Ele o planejou para falar a nós até hoje. Assim como Ele vive para sempre, também Ele continua a falar para sempre; ou seja, enquanto Sua voz ou palavra for útil para a Igreja — Ele *nos fala agora*. ...Muitos homens inventaram vários jeitos de diminuir a autoridade das Escrituras, e poucos estão dispostos a reconhecer uma fala *imediate* de Deus para si nelas”. No mesmo sentido escreveu aquele competente comentarista, Thomas Scott: “Devido às imensas vantagens da perseverança, e às tremendas conseqüências da apostasia, devemos considerar as palavras do Espírito Santo como dirigidas a nós”.

Não somente a asserção de que, embora toda Escritura seja *para nós* todos, ela *não é a nós*, é sem sentido, como também é impertinente e *impudente*, pois nada há em absoluto na Palavra da Verdade para apoiá-la e evidenciá-la. Em lugar nenhum o Espírito deu o mais ligeiro aviso de que uma passagem tal “não” é “para o cristão”, e menos ainda que livros inteiros pertençam a algum outro. Além disso, um tal princípio é manifestamente *desonesto*. Que direito tenho eu de fazer *qualquer uso* daquilo que é propriedade de outro? O que meu vizinho pensaria caso eu pegasse cartas que foram endereçadas *a* ele e alegasse que elas foram pensadas *para* mim? Além do mais, descobre-se que uma tal teoria, quando posta em teste, é *intrabalhável*. No que diz respeito a essa, por exemplo, para quem é dirigido o livro de Provérbios ou, ainda, a primeira Epístola de João? Pessoalmente, este escritor, após haver perdido muito tempo em esquadrinhar vintenas de livros que pretendiam dividir corretamente a Palavra, ainda considera o todo da Escritura como graciosa revelação a si e para si, como se não houvesse uma outra pessoa na terra, cômico de que não pode se dar ao luxo de dispensar qualquer porção dela; e fica triste de coração por aqueles a quem falta uma tal fé. Referente a isso conecta-se aquele alerta: “Mas receio que, assim como a serpente enganou a Eva com a sua astúcia, assim também sejam corrompidas as vossas mentes, e *se apartem da simplicidade..* [que há em] Cristo” (2 Co 11.3, ARA).

Mas não há muitas passagens no Velho Testamento que não têm relação direta com a Igreja hoje? Certamente que não. Tendo em vista 1 aos

Coríntios 10.11— “Ora, tudo isto lhes sobreveio como figuras [=tipos], e estão escritas para aviso nosso” — Owen observou de modo sentencioso: “exemplos do Antigo Testamento são instruções do Novo Testamento”. Por suas histórias somos instruídos sobre o que evitar e o que imitar. Essa é a principal razão pela qual elas estão *registradas*: para que aquilo que estorvava ou encorajava os santos do Antigo Testamento fosse posto em crônicas para o nosso proveito. Mas, mais especificamente, não estão os cristãos desautorizados para aplicar a si próprios muitas promessas dadas a Israel segundo a carne durante a economia mosaica, e esperar um cumprimento da mesma para si próprios? Não absolutamente, pois se *esse* fosse o caso, então não seria verdade que “tudo que dantes foi escrito, para nosso ensino foi escrito, para que pela paciência e consolação das Escrituras tenhamos esperança” (Rm 15.4). Que conforto eu posso extrair daquelas seções da Palavra de Deus que esse povo diz que “não dizem respeito a mim”? Qual “esperança” (i.e. uma bem fundada segurança de algum futuro bom) possível poderia ser inspirada hoje nos cristãos pelo que pertence a ninguém senão aos judeus? Cristo veio aqui, meu leitor, não para cancelar, mas “para que *confirmasse* as promessas feitas aos pais: e para que os *gentios* glorifiquem a Deus pela sua misericórdia” (Rm 15.8,9)!

Deve-se também ter em mente que, ficando com o caráter do concerto debaixo do qual foram feitos, muitos dos preceitos e das promessas dadas aos patriarcas e seus descendentes possuíam uma importância e um valor *espirituais e típicos*, tanto quanto carnis e literais. Como exemplo do primeiro, pegue Deuteronômio 25.4: “Não atarás a boca ao boi, quando trilhar”, e a seguir observe a aplicação dessas palavras feita em 1 aos Coríntios 9.9,10: “Porventura tem Deus cuidado dos bois? Ou não o diz certamente por *nós*? Certamente que por nós está escrito; por que o que lavra deve lavar com esperança”.⁸ Deuteronômio 25.4 intentava reforçar o princípio de que o labor deveria ter seu galardão, de modo que os homens pudessem trabalhar animadamente. O preceito determinava igualdade e semelhança: se é assim com as bestas, muito mais quanto aos homens, e em especial os ministros do Evangelho. É uma ilustração contundente da liberdade com a qual o Espírito de graça aplica as Escrituras do Antigo Testamento, como parte constituinte da Palavra de Cristo, aos cristãos e às suas preocupações.

O que é verdade sobre os preceitos do Antigo Testamento (falando de modo geral, pois há, naturalmente, exceções a toda regra) vale igualmente às promessas do Antigo Testamento — os crentes de hoje possuem plena

⁸ Omitimos um trecho em que o autor esclarece um problema da tradução desses versículos pela *King James Version*. A tradicional Bíblia inglesa, em vez de ‘certamente’, traz ‘juntamente’ [*altogether*]. A passagem suprimida é: “A palavra ‘juntamente’ é provavelmente um pouco forte demais aqui, pois *pantos* é vertida ‘certamente’ em Atos 28.4, e ‘sem dúvida’ em Lucas 4.23, e no texto significa ‘asseguradamente’ (*Revised Version* americana) ou ‘principalmente por nós’” (N. do T.)

garantia em misturar com elas a fé⁹ e esperar receber a substância¹⁰ delas. Primeiro, porque aquelas promessas foram feitas aos santos como tais, e o que Deus dá a alguém Ele dá a todos (2 Pd 1.4) — Cristo adquiriu as mesmíssimas bênçãos para cada um de Seus remidos. Em segundo lugar, porque a maioria das promessas do Antigo Testamento era típica em sua natureza: as bênçãos terrenas prefiguravam as celestiais. Isso não é nenhuma asserção arbitrária de nossa parte, pois qualquer um que foi ensinado de Deus sabe que quase todas as coisas durante as antigas economias possuíam um sentido figurado, representando profeticamente as melhores coisas que estavam por vir. Muitas provas disso serão por nós dadas daqui a pouco. Em terceiro lugar, não se deve excluir um cumprimento *literal* para nós daquelas promessas, pois, visto como ainda estamos na terra e no corpo, nossas necessidades temporais são as mesmas deles, e caso nos encontremos nas condições vinculadas àquelas promessas (seja expressas ou implícitas), então podemos contar com a realização delas: de conformidade com a nossa fé e obediência, assim será conosco.

Mas, seguramente, devemos passar um traço definido e largo entre a Lei e o Evangelho. É nesse ponto que o dispensacionalista considera sua posição ser a mais forte e inexpugnável; todavia, em nenhum outro lugar ele exhibe mais sua ignorância, pois não reconhece a graça de Deus abundando durante a era mosaica, nem consegue perceber que a Lei tenha qualquer lugar legítimo nesta era cristã. Lei e graça são para ele elementos antagônicos, e (para citar uma de suas divisas favoritas) “não se misturarão mais do que óleo e água”. Não poucos daqueles que ora são estimados como os campeões da ortodoxia contam a seus ouvintes que os princípios de lei e graças são elementos tão contrários que onde um está em exercício, o outro deve ser necessariamente excluído. Porém, isso é um erro muito sério. Como pode a Lei *de Deus* e o Evangelho da graça *de Deus* serem antagônicos? Um O exhibe como “luz”, o outro O manifesta como “amor” (1 João 1.5; 4.8), e ambos são necessários a fim de revelar plenamente Suas perfeições: se um deles que seja for omitido, apenas um conceito parcial de Seu caráter será formado. Um torna conhecida Sua justiça, o outro mostra Sua misericórdia, e Sua sabedoria demonstra a perfeita coerência que há entre eles.

Ao invés de lei e graça serem contraditórias, elas são complementares. Ambas apareceram no Éden antes da Queda. O que foi senão a graça que fez uma concessão aos nossos primeiros pais: “De toda a árvore do jardim comerás livremente”? E foi lei o que disse: “Mas da árvore da ciência do bem e do mal, dela não comerás”. Ambas são vistas na época do grande dilúvio, pois se nos diz que “Noé porém achou graça aos olhos do Senhor (Gn 6.8),

⁹ Hebreus 4.2 (N. do T.)

¹⁰ Na KJV, Hebreus 11.1 traz ‘substância’ [*‘substance’*] em vez de ‘fundamento’, como na Edição Revista e Corrigida de Almeida (N. do T.)

conforme os Seus procedimentos subseqüentes para com ele demonstraram claramente; ao passo que Sua justiça produziu um dilúvio sobre o mundo dos ímpios. Ambas operaram lado a lado no Sinai, pois enquanto a majestade e a justiça de Jeová eram expressas no Decálogo, Sua misericórdia e graça eram claramente evidenciadas nas provisões que Ele fez em todo sistema levítico (com seu sacerdócio e sacrifícios) para expiação dos pecados deles. Ambas brilharam em sua meridiana glória no Calvário, pois, ao passo que, por um lado, a abundante graça de Deus aparecia ao dar Seu próprio Filho amado para ser o Salvador dos pecadores, Sua justiça exigia que a maldição da Lei fosse infligida sobre Ele enquanto levasse a sua culpa.

Em tudo das obras e dos caminhos de Deus nós podemos discernir um encontro conjunto de elementos *aparentemente* conflitantes — as forças centrífugas e centrípetas, as quais estão sempre em ação no domínio material, ilustram esse princípio. Assim o é em conexão com as operações da divina providência: há uma constante interpenetração do natural e do sobrenatural. Também assim se dá nas Escrituras Sagradas: elas são o produto tanto da agência de Deus quanto da do homem: são uma revelação divina, todavia, postas em linguagem humana, e comunicadas através de meios humanos; elas são inerrantemente verdadeiras, mesmo escritas por homens falíveis. Elas são divinamente inspiradas em todo jota ou til, todavia, o controle da supervisão do Espírito sobre os amanuenses não excluía nem interferia no exercício natural de suas faculdades. Dessa maneira também em todos os tratos de Deus com a humanidade: embora exerça Sua alta soberania, não obstante, Ele lida com ela como criaturas responsáveis, expondo Seu invencível poder sobre elas e dentro delas, mas de modo algum destruindo sua agência moral. Os tais podem apresentar profundos e insolúveis mistérios à mente finita, todavia, são fatos reais.

Sobre o que acaba de ser salientado — ao qual outros exemplos poderiam ser acrescidos (a pessoa de Cristo, por exemplo, com Suas duas distintas porém unidas naturezas, de modo que, embora Ele fosse onisciente, todavia, “crescia em sabedoria”; era onipotente, não obstante, cansou-se e adormeceu; era eterno, contudo, morreu) — porque tantos tropeçam no fenômeno da lei e da graça divinas em exercício lado a lado, operando ao mesmo tempo? Lei e graça apresentam algum contraste maior do que o profundo amor de Deus para com Seus filhos, e Sua eterna ira sobre Seus inimigos? Não, absolutamente, nada maior. A graça não deve ser considerada como um atributo de Deus que eclipsa todas as Suas outras perfeições. Como Romanos 5.21 tão claramente nos diz, “Para que, assim como o pecado reinou na morte, também a graça reinasse *pela justiça*”, e não às custas de ou para a exclusão dela. Divina graça e divina justiça, divino amor e divina santidade são tão inseparáveis quanto a luz e o calor o são do sol. Ao conceder graça, Deus nunca anula Suas reivindicações sobre nós, antes nos capacita a satisfazê-las.

Ficou o filho pródigo, depois do seu retorno penitente e de ser perdoado, menos obrigado a se conformar às leis da casa de seu Pai do que antes de deixá-la? Não, mas, de fato, mais ainda.

Que não há conflito algum entre a Lei e o Evangelho da graça de Deus está claro o bastante em Romanos 3.31: “Anulamos, pois, a lei pela fé? De maneira nenhuma, antes estabelecemos a lei”. Aqui, o Apóstolo antecipa uma objeção que provavelmente seria trazida contra o que ele disse nos versículos 26-30. O ensinamento de que a justificação é inteiramente pela graça, mediante a fé, não demonstra que Deus afrouxou Suas reivindicações, mudou o padrão de Suas exigências, e pôs de lado as demandas de Seu governo? Mui longe disso. O plano divino de redenção não é, de forma nenhuma, uma anulação da Lei, mas a sua glória e o seu cumprimento. Nenhum respeito maior podia ter sido exibido à Lei do que no fato de Deus determinar salvar Seu povo do trâmite dela ao enviar Seu Filho co-igual para cumprir todas as suas exigências e suportar em Si Mesmo a penalidade daquela. Ó, maravilha das maravilhas; o grande Legislador humilhou-Se à inteira obediência dos preceitos do Decálogo. O Próprio que deu a Lei encarnou-se, sangrou e morreu, debaixo da sua sentença condenatória, em vez contrariá-la em um único til. Desse modo, a Lei foi de fato exaltada, e para sempre “feita digna de honra”.

O método divino de salvação pela graça foi estabelecer “a lei” de uma forma tríplice. Primeiramente, por Cristo, o Fiador do eleito de Deus, tendo “nascido sob a lei” (Gl 4:4), cumprindo seus preceitos (Mt 5.17), sofrendo sua pena no lugar de Seu povo, e desse modo Ele trouxe “a justiça eterna” (Dn 9.24). Segundo, pelo Espírito Santo, pois na regeneração Ele escreve a Lei sobre seus corações (Hb 8.10), atraindo as afeições deles para si, de forma que “segundo o homem interior”, deleitem-se “na lei de Deus” (Rm 7.22). Terceiro, como fruto de sua nova natureza, o cristão voluntária e alegremente toma a Lei por sua regra de vida, de modo que declara, “eu mesmo, com o entendimento *sirvo* à lei” (Rm 7.25). Nesse caso, a Lei é estabelecida não apenas na alta corte celeste, mas nas almas dos redimidos. Mui longe de lei e graça serem inimigas, elas são mutuamente criadas: a primeira revela a necessidade do pecador, a última supre-a; uma faz conhecidos os requisitos de Deus, a outra nos capacita a satisfazê-las. A fé não é contrária às boas obras, mas as realiza em obediência a Deus por amor e gratidão.

CAPÍTULO 3

Antes de voltarmos ao lado positivo de nosso presente tópico, foi-nos necessário expor e denunciar esse ensino que insiste em que muita coisa na Bíblia não tem nenhuma aplicação imediata para nós hoje em dia. Tal ensino é um tratamento temerário e irreverente da Palavra, o qual produz as mais malignas conseqüências nos corações e nas vidas de muitos — para não falar da promoção de um espírito farisaico de auto-superioridade. Consciente ou inconscientemente, os dispensacionalistas estão, na realidade, repetindo o pecado de Jeoiaquim, que mutilou a Palavra de Deus com sua faca (Jr 36.23). Em vez de “abrirem as Escrituras”¹¹, estão inclinados a cerrar a maior parte delas ao povo de Deus hoje. Eles são exatamente iguais a muitos engajados em fazer a obra do diabo, como os da Alta Crítica, os quais, com suas facas de dissecar, estão *erroneamente* “dividindo a palavra da verdade”. Estão procurando forçar uma pedra goela abaixo daqueles que estão pedindo pão¹². Essas são realmente acusações severas e solenes, mas nada acima do que o caso requer. Estamos bem cientes de que eles serão inaceitáveis a alguns de nossos próprios leitores; mas o remédio, embora necessário algumas vezes, raramente é saboroso.

Em vez de estarem comprometidos na ímpia obra de opor uma parte das Escrituras a outra, esses homens estariam de longe melhor empregados em mostrar a perfeita *unidade* da Bíblia e a bendita harmonia que há entre todos os seus ensinamentos. Porém, em vez de demonstrarem a concordância entre os dois Testamentos, eles estão mais preocupados em seus esforços para demonstrar a discordância que dizem haver entre aquilo que pertence à “Dispensação da Lei” e aquilo que está abarcado debaixo da “Dispensação da Graça”, e para efetuar o seu maligno desígnio todos os princípios são de exegese são lançados ao léu. Como amostra do que aludimos, eles citam: “Olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé” (Ex 21.24) e então opõem a ele: “Eu, porém, vos digo que não resistais ao mal; mas, se qualquer te bater na face direita, oferece-lhe também a outra” (Mt 5.39), e em seguida é exultantemente asseverado que aquelas duas passagens somente podem ser “reconciliadas” atribuindo-as a diferentes povos em diferentes eras; e com tal manuseio superficial das Sagradas Escrituras, milhares de almas crédulas são enganadas, e outras milhares mais se permitem ficar desnorteadas.

Se aqueles que possuem uma *Scofield Bible*¹³ se voltarem a Exôdo 21.24, verão que na margem oposta o editor reporta seus leitores a Levítico 24.20; Deuteronômio 19.21, e cf. Mateus 5.28-44; 1 de Pedro 2.19-21; sobre os quais

¹¹ Lc 24.32. (N. do T.)

¹² Lc 11.11 e Mt 7.9. (N. do T.)

¹³ A ‘Bíblia Scofield’ também está disponível em português, pela Imprensa Batista Regular. (N. do T.)

este breve comentário é feito: “A provisão em Êxodo é *lei* e justo; nas passagens do Novo Testamento, *graça* e misericordioso”. Quão longe estava o Sr. Scofield de ser coerente consigo mesmo pode ser visto por uma referência na qual ele declara à página 989, no início do Novo Testamento, sob os Quatro Evangelhos, onde expressamente afirma: “O sermão do monte é lei, *não graça*” [itálico nosso]: verdadeiramente “as pernas do coxo não são iguais”¹⁴. Em sua nota marginal a Êxodo 21.24, o Sr. Scofield cita Mateus 5.38-44, como “graça”, ao passo que, em sua introdução aos Quatro Evangelhos, ele declara que Mateus 5-7 “é lei, e não graça”. Em qual daquelas asserções ele quis que seus leitores acreditassem?

Pode-se ainda levantar a questão: Como *voê* vai reconciliar Êxodo 21.24 com Mateus 5.38-44? Nossa resposta é, nada há entre eles *para* “reconciliar”, pois coisa alguma há neles que se entrechoque. A passagem anterior é um dos estatutos designados para os *magistrados públicos* fazerem cumprir, ao passo que o último estabelece regras *para indivíduos em particular* viverem por elas! Por que esses que intitulam a si mesmo como os que “dividem corretamente” as Escrituras não fazem a distribuição apropriada entre as diferentes classes às quais elas são dirigidas? Que Êxodo 21.24 contém *sim* estatutos para magistrados públicos fazerem cumprir é claramente demonstrado comparando-se Escritura com Escritura. Em Deuteronômio 19.21, a mesma injunção é outra vez registrada, e se o leitor retornar ao versículo 18 lerá ali: “E *os juízes* bem inquirirão”, etc. Seria real benefício para a comunidade se nossos juízes hoje deixassem de lado seu sentimentalismo frouxo e lidassem com os criminosos sem consciência e brutais de um modo que conviesse aos seus feitos violentos — em vez de fazerem um deboche da justiça.

Antes de deixarmos o que está diante de nós nos últimos três parágrafos, seja salientado que, quando nosso bendito Senhor acrescentou a Mateus 5.38, “Eu, porém, vos digo: Amai a vossos inimigos, bendizei os que vos maldizem, fazei bem aos que vos odeiam” (versículo 44), Ele não estava promovendo um preceito mais benigno do que o que já tinha sido enunciado anteriormente. Não, o mesmo princípio gracioso de conduta havia sido imposto no Antigo Testamento. Em Êxodo 23.4,5, Jeová deu mandamento por meio de Moisés: “Se encontrares o boi do teu inimigo, ou o seu jumento, desgarrado, sem falta lho reconduzirás. Se vires o jumento daquele que te aborrece deitado debaixo da sua carga, deixarás, pois de ajudá-lo? Certamente o ajudarás juntamente com ele”. Novamente lemos em Provérbios 25.21: “Se o que te aborrece tiver fome, dá-lhe pão para comer, e se tiver sede, dá-lhe água para beber”.

O mesmo Deus que nos ordena: “A ninguém torneis mal por mal; procurai as coisas honestas, perante todos os homens. Se for possível, quanto

¹⁴ Pv 26.7, KJV. (N. do T.)

estiver em vós, tende paz com todos os homens. Não vos vingueis a vós mesmos, amados, mas dai lugar à ira” (Rm 12.17-19), também ordenou a Seu povo no *Antigo* Testamento: “*Não* te *vingarás* nem guardarás ira contra os filhos do teu povo; mas amarás o teu próximo como a ti mesmo: eu sou o Senhor” (Lv 19.18); e, por isso, Davi foi grato à Abigail por dissuadi-lo de tomar vingança sobre Nabal: “Bendita sejas tu mesma, que hoje me tolheste de derramar sangue, e de que por minha própria mão me vingasse” (1 Sm 25.33, ARA). Tão longe estava o Antigo Testamento de permitir qualquer espírito de amargura, malícia ou vingança, que expressamente declarou: “Não digas: Vingar-me-ei do mal; espera pelo Senhor, e ele te livrará” (Pv 20.22). E novamente: “Quando cair o teu inimigo, não te alegres, nem quando tropeçar se regozije o teu coração” (Pv 24.17). E outra vez: “Não digas: Como ele me fez a mim, assim lhe farei a ele; pagarei a cada um segundo a sua obra” (Pv 24.29).

Mais uma amostra da inescusável ignorância evidenciada por esses dispensacionalistas — fazemos citação de *How to Enjoy the Bible*, de E.W. Bullinger. Nas páginas 108 e 110 lemos em “Lei e Graça”: “Pois àqueles que viviam debaixo da Lei podia-se dizer correta e verdadeiramente: ‘E será para nós justiça quando tivermos cuidado de fazer todos estes mandamentos perante o Senhor nosso Deus, como nos tem ordenado’ (Dt 6.25). Contudo, àqueles que vivem nesta presente Dispensação da Graça é declarado como verdade: ‘Nenhuma carne será justificada diante dele pelas obras da lei’ (Rm 3.20). Porém, isso é o próprio oposto de Deuteronômio 6.25. O que, então, devemos dizer, ou fazer? Qual dessas duas afirmações é verdade e qual é falsa? A resposta é que nem uma nem outra são falsas. Mas ambas são verdadeiras se corretamente dividirmos a Palavra da Verdade quanto à sua verdade e ensino dispensacionais. ...Duas palavras distinguem as duas dispensações: ‘Fazer’ distinguia a primeira; ‘Feito’, a segunda. Então a salvação dependia do que o homem tinha *que fazer*; agora depende do que Cristo fez”. É por declarações tais como essas que “almas inconstantes”¹⁵ ficam fascinadas.

Não é assombroso que alguém tão renomado por sua erudição e conhecimento das Escrituras faça afirmações tão manifestamente absurdas como as acima? Ao opor Deuteronômio 6.25 contra Romanos 3.20, ele também podia ter arrazoado que fogo é “o próprio oposto” de água. Eles são realmente elementos contrários, todavia, cada um deles tem seu uso próprio em seu lugar azado: um para cozer, o outro para refrescar. Pense em alguém que se tenha erigido como um mestre de pregadores afirmando que, sob a economia mosaica, “a salvação dependia do que o homem tinha que fazer”. Porque, em tal caso, por quinze séculos nem um único israelita tinha sido salvo. Houvesse sido a salvação obtível por esforços humanos, nenhuma necessidade teria de Deus enviar Seu Filho aqui! A salvação nunca foi passível

¹⁵ 2 Pd 2.14. (N. do T.)

de ser granjeada por méritos humanos, na base da atuação humana. Abel obteve testemunho de que era justo, porque ofereceu a Deus um cordeiro que foi morto (Gn 4.4; Hb 11.4). Abraão foi justificado pela fé, e não pelas obras (Romanos 4). Debaixo da economia mosaica foi expressamente anunciado que “é o sangue que fará expiação pela alma” (Lv 17.11). Davi percebeu que “se tu, Senhor, observares as iniquidades, Senhor, quem subsistirá?” (Sl 130.3); e por isso ele confessou: “Farei menção da tua justiça, e *só dela*” (Sl 71.16).

Que por todos os meios a Palavra da Verdade seja “corretamente dividida”; não por reparti-la em diferentes “dispensações”, mas fazendo distinção entre o que é doutrinal e o que é prático, entre o que diz respeito ao não salvo e o que é dito do salvo. Deuteronômio 6.25 é endereçado, não a pecadores de fora, mas àqueles que estão em relação pactual com o Senhor; ao passo que Romanos 3.20 é uma declaração que se aplica a todo membro da raça humana. Uma tem a ver com a “justiça” *prática* na caminhada diária que seja aceitável a Deus; a outra é uma declaração doutrinária que assevera a impossibilidade de aceitação por Deus na base dos feitos da criatura. A primeira se relaciona com a nossa conduta nesta vida em conexão com o governo divino; a segunda afeta nossa posição eterna diante do trono divino. Ambas as passagens são igualmente aplicáveis aos judeus e aos gentios em todas as eras. Nossa “justiça” em Deuteronômio 6.25 é uma justiça prática aos olhos de Deus. É o mesmo aspecto da justiça que em “se a vossa justiça não exceder a dos escribas e fariseus” de Mateus 5.20, em o “justo” de Tiago 5.16 e em “pratica a justiça” de 1 João 2.29.

Os santos do Antigo Testamento eram os objetos do mesmo concerto eterno, tinham o mesmo bendito Evangelho, foram gerados para a mesma herança celestial que os santos do Novo Testamento. De Abel em diante, Deus lida com os pecadores em graça soberana, e segundo os méritos da obra redentora de Cristo — que era retroativa em seu valor e eficácia (Romanos 3.25; 1 Pedro 1.19,20). “Noé... achou graça aos olhos do Senhor” (Gn 6.8). Que eles eram partícipes das mesmas bênçãos do concerto que nós fica claro por uma comparação entre 2 Samuel 23.5 e Hebreus 13.20. O mesmo Evangelho foi pregado a Abraão (Gl 3.8), sim, à nação de Israel após ela haver recebido a Lei (Hb 4.2) e, por conseguinte, Abraão exultou-se em ver o Dia de Cristo e se alegrou (João 8.56). Jacó, moribundo, declarou: “A tua salvação espero, ó Senhor” (Gn 49.18). Como Hebreus 11.16 afirma, os patriarcas *desejavam* uma pátria “melhor [do que a terra de Canaã, na qual habitavam], isto é, a celestial”. Moisés “recusou ser chamado filho da filha de Faraó... Tendo por maiores riquezas o vitupério *de Cristo* do que os tesouros do Egito” (Hb 11.24-26). Jó exclamou: “Eu sei que o meu Redentor vive... em minha carne verei a Deus” (19.25,26).

Quando Jeová proclamou Seu nome a Moisés, Ele Se revelou como “O Senhor, o Senhor Deus, *misericordioso e gracioso*” (Ex 34.5-7, KJV). Quando Arão pronunciou a bênção sobre a congregação, ele foi ordenado a dizer: “O Senhor te abençoe e te guarde; o Senhor faça resplandecer o seu rosto sobre ti, e tenha misericórdia de ti; o Senhor levante sobre ti o seu rosto, e te dê a paz” (Nm 6.24-26). Nenhuma bênção mais notável e mais grandiosa pode ser invocada hoje. Não é possível uma passagem tal como essa ser harmonizada com o conceito estreito da economia mosaica que é acolhido e está sendo propagado pelos dispensacionalistas. Deus tratou *em graça* com Israel por toda sua longa e variada história. Leia o livro de Juízes do começo ao fim e observe quão freqüentemente Ele levantou libertadores para eles. Vá adiante para Reis e Crônicas e observe Sua benignidade longânime em enviar-lhes profeta após profeta. Onde no Novo Testamento há uma palavra que, pela pura graça, exceda “ainda que os vossos pecados sejam como a escarlata, eles se tornarão brancos como a neve” (Is 1.18)? Nos dias de Jeocaz “o Senhor foi gracioso com eles” (2.º Reis 13.22-23, KJV). Eles foram convidados a dizer ao Senhor: “Remova toda iniquidade, e receba-nos graciosamente” (Oséias 14.2, KJV). Malaquias convidou Israel: “implorai a Deus, que Ele será gracioso para convosco” (1.9, KJV).

A concepção que o piedoso remanescente de Israel tinha do caráter divino durante a economia mosaica era radicalmente diferente da rígida e medonha apresentação dela feita pelos dispensacionalistas. Ouça o que o salmista declarou: “Gracioso é o Senhor, e justo; sim, nosso Deus é misericordioso” (116.5, KJV). Ouça-o novamente, enquanto irrompe em louvor de adoração: “Bendize, ó minha alma, ao Senhor, e não te esqueças de nenhum de seus benefícios. É ele que perdoa todas as tuas iniquidades, e sara todas as tuas enfermidades... Não nos tratou segundo os nossos pecados, nem nos retribuiu segundo as nossas iniquidades” (103.2,3,10). Podem os cristãos dizer mais do que isso? Não é de se admirar que Davi exclamasse: “Quem tenho eu no céu senão a ti? e na terra não há quem eu deseje além de ti. A minha carne e o meu coração desfalecem: mas Deus é a fortaleza do meu coração, e a minha porção para sempre” (73.25,26). Se for levantada a questão: Qual, então, é a *grande distinção* entre as eras mosaica e cristã? A resposta é, a graça de Deus estava então confinada a *uma* nação, mas agora ela flui para *todas* as nações.

O que é verdadeiro no geral é válido no particular. Não somente os tratos com Seu povo durante os tempos do Antigo Testamento eram substancialmente os mesmos daqueles com Seu povo agora, mas *minuciosamente* também. Não há discordância alguma, mas perfeita harmonia e concordância entre eles. Note cuidadosamente os seguintes paralelismos: “Sua herança nos santos” (Ef 1.18): “A porção do Senhor é o seu povo; Jacó é a corda da sua herança” (Dt 32.9). “Amados do Senhor, por vos ter Deus elegido desde o

princípio para a salvação” (2 Ts 2.13): “Com amor eterno te amei” (Jr 31.3). “Em quem temos a redenção” (Ef 1.7): “Com Ele está redenção abundante” (Sl 130.7, KJV). “Para que nele fôssemos feitos justiça de Deus” (2 Co 5.2 1): “No Senhor tenho eu justiça e força” (Is 45.24, KJV). “O qual nos abençoou com todas as bênçãos espirituais... em Cristo” (Ef 1.3): “Os homens sejam abençoados *nele*” (Sl 72.17, ARA). “O sangue de Jesus Cristo, seu Filho, nos purifica de todo pecado” (1 de João 1.7): “Tu és toda formosa, amiga minha, e em ti *não* há *mancha*” (Cantares 4.7).

“Corroborados com poder pelo seu Espírito no homem interior” (Ef 3.16): “No dia em que eu clamei, me escutaste; alentaste-me, fortalecendo a minha alma” (Sl 138.3). “[O] Espírito de verdade... vos guiará em toda a verdade” (João 16:13): “Deste o teu bom espírito, para os ensinar” (Ne 9.20). “Eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem algum” (Rm 7.18): “Todas as nossas justiças [são] como trapo da imundícia” (Is 64.6). “Exorto-vos, como a peregrinos e forasteiros” (1 Pd 2.11, ARA): “Vós sois estrangeiros e peregrinos” (Lv 25.23). “Andamos por fé” (2 Co 5.7): “O justo pela sua fé viverá” (Hb 2.4). “Fortalecei-vos no Senhor” (Ef 6.10): “Eu os fortalecerei no Senhor” (Zc 10.12). “Ninguém as arrebatará da minha mão” (João 10.28): “Todos os seus santos estão na tua mão” (Dt 33.3). “Quem permanece em mim e eu nele, esse dá muito fruto” (João 15.5, ARA): “De mim é achado o teu fruto” (Oséias 14.8). “Aquele que em vós começou a boa obra a aperfeiçoará” (Fp 1.6): “O Senhor aperfeiçoará o que me concerne” (Sl 138.8). Outras inumeráveis harmonias semelhantes podem ser acrescentadas.

CAPÍTULO 4

Como é das promessas do Antigo Testamento em particular que os dispensacionalistas querem privar o cristão, uma refutação mais definida e detalhada de tal erro é ora requerida — vindo, como obviamente vem, dentro do escopo do nosso presente tópico. Transcreveremos aqui o que escrevemos sobre isso há quase vinte anos atrás¹⁶.

1. Visto que a Queda alienou a criatura do Criador, não podia haver relação alguma entre Deus e os homens senão por alguma promessa da Sua parte. Ninguém pode reivindicar coisa alguma da Majestade nas alturas sem uma garantia dEle Mesmo, nem a consciência pode ser satisfeita a não ser que tenha uma concessão divina para algum bem que esperemos dEle.
2. Em todas as eras, Deus quer ter Seu povo dirigido por Suas promessas, para que esse possa exercer fé, esperança, dependência dEle Mesmo: Ele lhe dá promessas a fim de testá-lo, quer confiasse nEle e contasse com Ele ou não.
3. O Intermediário das promessas é o Deus-homem Mediador, Jesus Cristo, pois não pode haver relação nenhuma entre Deus e nós exceto através do Árbitro¹⁷. Em outras palavras, Cristo deve receber todo bem por nós, e devemos dele obtê-lo em segunda mão.
4. Que o cristão sempre vigie para não contemplar qualquer promessa de Deus fora de Cristo. Seja a coisa prometida, seja a bênção desejada, temporal ou espiritual, não podemos gozá-la legítima ou verdadeiramente senão em e por Cristo. Por isso, o Apóstolo lembrou os gálatas: “Ora, as promessas foram feitas a Abraão e à sua posteridade. Não diz: E às posteridades, como falando de muitas, mas como de uma só: E à tua posteridade, que é Cristo” (3.16) — ao citar Gênesis 12.3, Paulo não estava provando, mas *afirmando* que as promessas de Deus a Abraão não diziam respeito em absoluto à sua posteridade natural, mas somente àqueles dentre os seus filhos espirituais — aqueles unidos a Cristo. Todas as promessas de Deus aos crentes são feitas a Cristo, o Fiador da aliança eterna¹⁸, e são transferidas dEle para nós — tanto as promessas mesmas e as coisas prometidas. “E esta é a [completa] promessa que ele nos fez: a vida eterna” (1 João 2.25), e, como 5.11 conta-nos, “esta vida está em seu Filho” — assim também a graça e todos os outros benefícios. “Se eu ler qualquer uma das promessas, descubro que todas e cada uma delas

¹⁶ Na revista mensal que A. W. Pink publicava, chamada *Studies in the Scriptures*, numa série de 18 artigos sob o título de *Dispensationalism*, no começo dos anos trinta (1933-4). (N. do T.)

¹⁷ Jó 9.33. (N. do T.)

¹⁸ Hb 7.22. (N. do T.)

continham Cristo em seu regaço, Ele Mesmo sendo a única grande Promessa da Bíblia. A *Ele* foram elas primeiramente dadas; *dEle* provém toda eficácia, dulçor, valor e importância delas; *por Ele* tornam-se perfeitamente claras ao coração; e *nEle* todas elas estão, sim, e amém” (R. Hawker, 1810).

5. Visto que todas as promessas de Deus são feitas em Cristo, segue-se claramente que nenhuma delas está disponível a qualquer um que esteja fora de Cristo, pois estar fora dEle é estar fora da mercê divina. Deus não pode considerar uma tal pessoa senão como objeto de Sua ira, como combustível para Sua vingança: não há esperança nenhuma para homem algum até que esteja ele em Cristo. Porém, pode-se perguntar: Deus não concede nenhuma coisa boa àqueles que estão fora de Cristo, enviando Sua chuva sobre o injusto, e enchendo os ventres dos ímpios com boas coisas (Salmo 17.14)? Sim, Ele realmente concede. Então, não são esses benefícios temporais *bênçãos*? Certamente não: longe disso. Como Ele diz em Malaquias 2.2, “amaldiçoarei as vossas bênçãos; e já as tenho amaldiçoado, porque vós não pondes isso no coração” (cf. Dt 28.15-20). Para o ímpio, os benefícios temporais de Deus são como comida dada aos bovinos — ela não faz senão prepará-los “para o dia da matança” (Jr 12.3, e cf. Tg 5.5).

Havendo apresentado acima um breve esboço sobre o assunto das promessas divinas, examinemos agora uma expressão admirável, porém pouco notada, a saber “os filhos da promessa” (Rm 9.8). No contexto, o Apóstolo discute a rejeição dos judeus por Deus e a vocação dos gentios, que era um ponto particularmente doloroso para os primeiros. Depois de descrever os privilégios únicos desfrutados por Israel como nação (versículos 4 e 5), ele assinala a *diferença* que há entre eles e o “Israel de Deus” antitípico (versículos 6-9), a qual ele ilustra pelos casos de Isaque e Jacó. Ainda que os judeus houvessem recusado o Evangelho e tivessem sido rejeitados por Deus, não se devia supor que Sua palavra tivesse falhado no cumprimento (verso 6), pois não apenas as profecias concernentes ao Messias foram cumpridas, mas a promessa quanto à semente de Abraão estava sendo levada a cabo com sucesso. Mas o mais importante era apreender corretamente o que ou *a quem* tal “semente” abrangia. “Por que nem todos os que são de Israel [espiritualmente falando] são israelitas [na natureza]: Nem por serem descendência de Abraão são todos filhos; mas: Em Isaque será chamada a tua descendência” (versículos 6 e 7).

Os judeus imaginavam erroneamente (como os modernos dispensacionalistas imaginam) que as promessas feitas a Abraão no tocante à sua semente referiam-se a todos os descendentes dele. Sua jactância era “somos descendentes de Abraão” (João 8.33), ao que Cristo replicava: “Se fôsseis filhos de Abraão, faríeis as obras de Abraão” (versículo 39 e vide

Romanos 4.12). A rejeição de Ismael e Esaú por Deus foi a prova decisiva de que as promessas não foram feitas aos descendentes naturais como tais. A escolha de Isaque e Jacó mostrou que a promessa estava restrita a uma linhagem eleita. “Não são os filhos da carne que são filhos de Deus, mas os filhos da promessa são contados como descendência. Porque a palavra da promessa é esta: Por este tempo virei, e Sara terá um filho” (Rm 9.8,9). Os “filhos de Deus” e os “filhos da promessa” são uma e a mesma coisa, sejam eles judeus ou gentios. Assim como Isaque nasceu de forma sobrenatural, também nascem todos os eleitos de Deus (João 1.13). Assim como Isaque, por causa disso, foi herdeiro da bênção prometida, também o são os cristãos (Gl 4.29; 3.29). “Filhos da promessa” é idêntico a “os herdeiros da promessa” (Hb 6.17, e cf. Rm 8.17).

As promessas de Deus são feitas aos *filhos espirituais* de Abraão (Rm 4.16; Gl 3.7), e não há possibilidade de alguma delas deixar de ser executadas. “Porque *todas* quantas promessas há de Deus, são nele [a saber, Cristo] sim, e por ele o Amém” (2 Co 1.20). Elas estão depositadas em Cristo, e nEle encontram sua confirmação e corroboração, pois Ele é a soma e a substância delas. Inexprimivelmente bendita é aquela declaração aos filhos de Deus de inclinação humilde — todavia, um mistério escondido àqueles que são sábios em suas próprias presunções. “Aquele que nem mesmo a seu próprio Filho poupou, antes o entregou por todos nós, como nos não dará também com ele todas as coisas?” (Rm 8.32). As promessas de Deus são numerosas: relativas à essa vida e também àquela que está por vir. Elas dizem respeito a nosso bem-estar temporal, tanto quanto ao espiritual, cobrindo tanto as necessidades do corpo quanto àquelas da alma. Qualquer que seja o caráter delas, nenhuma pode se cumprir em nós exceto em, através de e por Aquele que viveu e morreu por nós. As promessas que Deus deu a Seu povo são absolutamente seguras e dignas de confiança, pois foram feitas a ele em Cristo: é infalivelmente certo que elas terão realização, pois foram efetuadas através de e por Ele.

Uma abençoada ilustração, sim, exemplificação do que acaba de ser mostrado é achado em Hebreus 8.8-13, e 10.15-17, onde o Apóstolo cita as promessas dadas em Jeremias 31.31-34. Os dispensacionalistas objetarão e dirão que aquelas promessas pertencem aos descendentes naturais de Abraão, e não são para nós. Mas Hebreus 10.15 [KJV] introduz a citação daquelas promessas ao afirmar expressamente: “Do que o Espírito Santo é [não ‘era’] uma testemunha *para nós*”. Tais promessas também se estendem aos crentes gentios, pois elas são a garantia da graça baseada em Cristo, e nEle crendo, judeus e gentios *são um* (Gl 3.26). Antes que a parede de separação fosse derrubada, os gentios eram deveras “estranhos aos concertos da promessa” (Ef 2.12), mas quando essa foi removida, os fiéis gentios tornaram-se “co-herdeiros, e de um mesmo corpo, e *participantes* da promessa em Cristo pelo

evangelho” (Ef 3.6)! Como o expressa Romanos 11, eles participam da raiz e da seiva da oliveira (versículo 17)! Aquelas promessas em Jeremias 31 não são feitas à nação judaica como tal, mas ao “Israel de Deus” (Gl 6.16), ou seja, para a inteira eleição da graça, e cumprem-se infalivelmente em todos eles no momento da sua regeneração pelo Espírito.

À luz clara de outras passagens do Novo Testamento, parece extremamente estranho que alguém que esteja familiarizado com o mesmo negue que Deus tenha celebrado essa “nova aliança” com aqueles que são membros do corpo místico de Cristo. Que os cristãos *são* participantes de suas bênçãos fica claro por 1 Coríntios 11.25, onde faz-se citação das palavras do Salvador na instituição de Sua ceia, dizendo: “Este cálice é o Novo Testamento [ou “Nova Aliança”] no meu sangue”; e outra vez por 2 Coríntios 3.6, onde o Apóstolo declara que Deus “nos fez também capazes de ser ministros dum novo testamento”, ou “aliança”, pois a mesma palavra grega utilizada nessas passagens o é em Hebreus 8.8, e 10.16, onde é traduzida como “aliança”. No primeiríssimo sermão pregado após a nova aliança ser estabelecida, Pedro disse: “Porque a promessa vos diz respeito a vós, a vossos filhos, e a todos os que estão *longe*”, i.e. os gentios: Efésios 2.13 — classificados como “tantos quantos Deus nosso Senhor chamar” (Atos 2.39). Ademais, os termos de Jeremias 31.33,34 são mais certamente cumpridos a todos os cristãos *de hoje*: Deus é o Deus da aliança deles (Hb 13.20), Sua lei é entesourada em suas afeições (Rm 7.22), eles O conhecem como seu Deus, suas iniquidades estão perdoadas.

A afirmação do Espírito Santo em 2 Coríntios 7.1, deve, para todos os que se curvam à autoridade da Escritura Sagrada, dirimir a questão do direito do cristãos às promessas do Antigo Testamento de uma vez por todas. “Ora, amados, pois que temos tais promessas, purifiquemo-nos de toda a imundícia da carne e do espírito, aperfeiçoando a santificação no temor de Deus”. *Quais* promessas? Ora, aquelas mencionadas no final do capítulo precedente. Lemos ali: “E que consenso tem o templo de Deus com os ídolos? Porque vós sois o templo do Deus vivente, *como Deus disse*: Neles habitarei; e eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo” (6.16). E onde Deus tinha dito isso? Ora, bem lá atrás, em Levítico 26.12: “E andarei no meio de vós, e eu vos serei por Deus, e vós me sereis por povo”. Essa promessa foi feita à nação de Israel nos dias de Moisés! E novamente lemos: “Pelo que saí do meio deles, e apartai-vos, diz o Senhor; e não toqueis nada imundo, e eu vos receberei; e eu serei para vós Pai e vós sereis para mim filhos e filhas, diz o Senhor Todo-poderoso” (2 Co 6.17, 18), as quais palavras são uma referência manifesta a Jeremias 31.9 e Oséias 1.9,10.

Observe agora mui especialmente o que o Espírito Santo diz por meio de Paulo concernente àquelas promessas do Antigo Testamento. Primeiro, ele

diz aos santos do Novo Testamento: “Temos tais promessas”. Ele declarou que aquelas antigas promessas eram *deles*, que elas são de seu interesse pessoal e de direito deles. Que eles eram herdeiros não unicamente em esperança, mas em poder. Suas para delas fazerem pleno uso, alimentarem-se, desfrutarem, deleitarem-se e darem a Deus graças pelas mesmas. Visto que Cristo Mesmo é nosso, *tudo* é nosso (1 Co 3.22,23). Ó, leitor cristão, não tolere que homem algum, sob pretexto de “corretamente dividir a palavra”, desligue ou roube você das “grandíssimas e preciosas promessas” de seu Pai (2 Pd 1.4). Se *ele* está satisfeito em se isolar em umas poucas Epístolas do Novo Testamento, deixe-o se isolar — que seja prejuízo dele. Mas não admita que ele confine *você* a uma tão estreita área. Segundo, somos por este meio ensinados a usar aquelas promessas como motivos e incentivos ao cultivo da piedade pessoal, na obra privada de mortificação e no dever positivo da santificação prática.

Uma prova contundente e conclusiva de que as promessas do Antigo Testamento pertencem aos santos dos dias correntes é encontrada em Hebreus 13.5, onde novamente se faz o uso prático do mesmo. Ali, os cristãos são exortados: “Sejam vossos costumes sem avareza, contentando-vos com o que tendes”. Tal exortação é reforçada por esta graciosa consideração: “*porque* ele disse: Não te deixarei, nem te desampararei”. Visto ser o Deus vivo sua porção, seu coração deve se regozijar nEle, e toda a ansiedade acerca do suprimento de toda sua necessidade deve ser para sempre removida. Mas estamos agora mais especialmente interessados é na promessa citada aqui: “porque ele disse: Não *te* deixarei”, etc. E a quem, primeiramente, foi dada tal promessa? Ora, a quem estava para liderar Israel na terra de Canaã — como uma referência a Josué 1.5 mostra. Desse modo, ela foi feita a uma pessoa particular em uma ocasião especial, a um general que tinha de processar uma grande guerra debaixo do comando imediato de Deus. Encarando essa difícil e exigente situação, Josué recebeu de Deus a garantia de que Sua presença estaria sempre consigo.

Mas, se o crente der lugar à incredulidade, o diabo é muito capaz de lhe dizer que a promessa não pertence a você. *Você* não é o capitão dos exércitos¹⁹, comissionado por Deus para derrotar as forças de um inimigo: o poder daquela promessa cessou quando Canaã foi conquistada e morreu com aquele a quem foi feita. Em vez disso, como Owen destacou em seus comentários sobre Hebreus 13.5, “Para manifestar *a semelhança* do amor que existe em todas as promessas, com sua validação no único Mediador, e o interesse geral dos crentes em cada uma delas, a despeito de como e em que ocasião foram dadas a alguém, essa promessa a Josué é aqui aplicada à condição do mais fraco, mais desprezível e mais pobre dos santos; a todos e a cada um deles, seja quais forem seu caso e sua condição. E, indubitavelmente, não há a mínima falta nos crentes, em si mesmos e em sua própria consolação,

¹⁹ Nm 2.3,10,18,25, ARA. (N. do T.)

para não se achegarem de modo mais particular àquelas palavras de verdade, graça e fidelidade, as quais em várias ocasiões e em diversos períodos foram anunciadas aos santos de outrora, justamente Abraão, Isaque, Jacó, Davi e o restante, os quais andaram com Deus em sua geração: tais coisas, de uma maneira especial, estão registradas para *nossa* consolação”.

Observemos agora cuidadosamente *o uso* que o Apóstolo fez daquela antiga porém imortal promessa. Primeiro, ele aqui se vale dela a fim de fazer com que sua exortação aos cristãos para os deveres de mortificação e santificação seja cumprida. Segundo, ele chega a uma inferência lógica e prática da mesma, declarando: “*De modo que* com plena confiança digamos: O Senhor é quem me ajuda, não temerei; que me fará o homem?” (Hb 13.6, ARA). Assim, chega-se uma dupla conclusão: uma tal promessa é para inspirar em todos os crentes a confiança no socorro e na assistência de Deus, e com ousadia e coragem diante dos homens — mostrando-nos a que propósito *nós* devemos aplicar os compromissos divinos. Essas conclusões estão baseadas no caráter do Promitente: porque Deus é infinitamente bom, fiel e poderoso, e porque Ele não muda, eu posso confiadamente declarar com Abraão: “Deus proverá” (Gn 22.8); com Jônatas: “Para com o Senhor nenhum impedimento há” (1 Sm 14.6); com Jeosafá, “Não há quem te possa resistir” (2 Cr 20.6); com Paulo: “Se Deus é por nós, quem será contra nós?” (Rm 8.31). A presença permanente do Senhor todo-suficiente garante auxílio e, portanto, qualquer sobressalto da inimizade do homem será removido de nossos corações. Meu pior inimigo nada pode contra mim sem a permissão de meu Salvador.

“De modo que com plena confiança [*nós*] digamos [espontaneamente, sem hesitar com incredulidade]: O Senhor é quem me ajuda, não temerei; que me fará o homem?”. Observe atentamente a mudança de número, do plural para o singular, e aprenda dali que princípios gerais devem ser apropriados por nós no particular, assim como preceitos gerais devem ser tomados por nós pessoalmente — o Senhor Jesus individualizou o “não tentareis o Senhor vosso Deus” de Deuteronômio 6.16, quando assaltado por Satanás, dizendo: “Também está escrito: Não *tentarás* o Senhor teu Deus” (Mt 4.7). É somente aplicando as promessas e os preceitos divinos a nós mesmos pessoalmente que podemos “misturar com a fé”²⁰ os mesmos, ou fazer um uso apropriado e proveitoso deles. Deve-se também ser cuidadosamente notado que uma vez mais o Apóstolo confirmou seu argumento por um testemunho divino, pois as palavras: “O Senhor é quem me ajuda, não temerei; que me fará o homem?” não são suas, mas uma citação daquelas usadas por Davi no Salmo 118.6. Desse modo, novamente nos é demonstrado que a linguagem do Antigo Testamento é exatamente adequada aos casos e circunstâncias dos

²⁰ Hb 4.2. (N. do T.)

cristãos hoje, e que é direito e privilégio deles livremente se apropriarem da mesma.

“Com plena confiança *digamos*” exatamente o que o Salmista disse quando estava severamente pressionado. Foi durante uma temporada de aguda aflição que Davi expressou sua confiança no Deus vivo, em um tempo em que parecia que seus inimigos estavam a ponto de tragá-lo; mas, vendo a onipotência de Jeová e contrastando Seu poder com a fraqueza da criatura, seu coração ficou fortalecido e animado. Porém, que o leitor perceba claramente o que isso encerrava. Significa que Davi voltava sua mente do que se via para o que se não via. Significa que seu coração estava ocupado com o Todo-Poderoso. Mas significa muito mais: ele estava ocupado com o *relacionamento* do Onipotente para consigo. Significa que ele reconhecia e percebia o vínculo espiritual que havia entre eles, de modo que podia, verdadeira e justamente, comprovar: “o Senhor é quem me ajuda”. Se Ele é meu Deus, meu Redentor, meu Pai, então se pode confiar que Ele se responsabiliza por mim quando fico grandemente oprimido, quando meus inimigos ameaçam me devorar, quando minha panela de farinha²¹ está quase vazia. Que “meu” seja a linguagem da fé, e é a conclusão que a segurança da fé tira da infalível promessa d’Ele, que não pode mentir.

²¹ 1 Rs 17.14. (N. do T.)

CAPÍTULO 5

Nestes artigos estamos procurando mostrar o *uso* que os crentes devem fazer da Palavra de Deus: ou, mais particularmente, como é tanto privilégio quanto dever deles receber *o todo dela* como dirigido diretamente *para si mesmos*, bem como voltar-se à mesma para informação prática, apropriando-se de seu conteúdo para suas necessidades pessoais. A Bíblia é um livro que não requer tanto o empenho de nosso intelecto quanto requer para o exercício de nossas afeições, consciência e vontade. Deus no-las deu, não para nosso entretenimento, mas para nossa educação, para fazer conhecido o que Ele exige de nós. Ela deve ser o guia do viajante enquanto ele viaja pelo labirinto deste mundo, o mapa do marinheiro enquanto ele singra pelo mar da vida. Logo, sempre que abrimos a Bíblia, a diligência indispensável que cada um de nós deve ter diante dele é, o que há *para mim* hoje? Que relação tem a passagem ora diante de mim sobre meu presente caso e minhas presentes circunstâncias — que aviso, que encorajamento, que informação? Que instrução há para me dirigir na administração de meus negócios, para me guiar no encargo de meus afazeres domésticos e sociais, para promover uma caminhada mais próxima de Deus?

Devo ver que todo preceito visa a mim, inclusive em toda promessa. Mas é para grandemente se recear que, pela incapacidade de se apropriar da palavra de Deus para seu próprio caso e circunstâncias, há muita leitura e estudo da Bíblia que é de pouco ou nenhum proveito real à alma. Nada nos protegerá mais das infecções deste mundo, livrará das tentações de Satanás, e será um tão eficaz preservativo do pecado como a Palavra de Deus recebida em nossas afeições. “A lei do seu Deus está *em seu coração*; os seus passos não resvalarão” (Sl 37.31) somente pode ser dito daquele que fez apropriação pessoal daquela Lei, e está apto a comprovar com o salmista: “Escondi a tua palavra no meu coração, para eu não pecar contra ti” (119.11). Só enquanto a Verdade está efetivamente operando em nós, influenciando-nos de uma maneira prática, ela é amada e venerada por nós, estimula a consciência, e somos guardados da queda no pecado aberto — como José foi preservado quando malignamente procurado pela mulher de seu amo (Gn 39.9). E somente quando pessoalmente sairmos e cotidianamente ajuntarmos nossa porção de maná, e alimentarmos-nos do mesmo, haverá provisão de força para o desempenho da obrigação e a produção do fruto para a glória de Deus.

Tomemos Gênesis 17.1 como uma simples ilustração. “Sendo, pois, Abrão da idade de noventa e nove anos, apareceu o Senhor a Abrão, e disse-lhe: Eu sou o Deus Todo-poderoso; anda em minha presença e sê perfeito” ou “sincero”. *Como* deve o cristão aplicar um tal versículo *para si mesmo*? Em primeiro lugar, que ele observe a quem esse sinal de favor e honra foi exibido:

a saber, àquele que é o “pai de todos os que crêem” (Rm 4.11,12,16) — e ele foi a primeira pessoa no mundo de quem se diz haver o Senhor aparecido! Em segundo, observe quando foi que Jeová lhe apareceu: a saber, em sua velhice, quando a força da natureza estava gasta e a morte estava escrita sobre a carne. Em terceiro, note atentamente o caráter particular em que o Senhor era agora revelado a ele: “o Todo-poderoso”, ou mais literalmente “*El Shaddai*” — “o Deus todo-suficiente”. Quarto, considere a exortação que acompanhava a mesma: “anda em minha presença e sê sincero”. Quinto, pondere nesses detalhes à luz da seqüência imediata; Deus está fazendo promessa de que ele geraria um filho por Sara, que há muito passara da idade de ter filhos (versículos 15-19). Tudo que é *por* Deus deve ser efetuado por Seu possante poder: Ele pode e deve fazer todas as coisas — a carne para nada aproveita²², nenhum movimento da mera natureza é de qualquer utilidade.

Ora, quando o crente pondera naquele memorável incidente, *esperança* deve ser inspirada nele. *El Shaddai* é tão verdadeiramente *seu* Deus como Ele o foi de Abraão! Isso está claro em 2 Coríntios 7.1, pois uma daquelas promessas é: “Eu serei para vós Pai... diz o Senhor Todo-poderoso” (6.18), e em Apocalipse 1.8, onde o Senhor Jesus diz às igrejas: “Eu sou o Alfa e o Ômega... o Todo-poderoso”. É uma declaração de Sua onipotência, para quem todas as coisas são possíveis. “O Deus todo-suficiente” fala do que Ele é em Si Mesmo — auto-existente, independente; e o que Ele é para Seu povo — o Supridor de toda necessidade dele. Quando Cristo disse a Paulo: “Minha graça é *suficiente* para ti”²³, era totalmente aquela da qual Jeová disse a Abraão. Indubitavelmente o Senhor apareceu ao patriarca em forma visível (e humana): Ele aparece assim a nós perante os olhos da fé. Amiúde Ele se apraz em encontrar-se conosco nas ordenanças de Sua graça, e enviar-nos em nosso caminho regozijo. Algumas vezes Ele Se manifesta (João 14.21) a nós nos recolhimentos da privacidade. Frequentemente Ele aparece *para nós* em Suas providências, mostrando-Se forte em nosso favor. Agora, diz Ele, “ande diante de Mim de maneira sincera”, na crente percepção de que Eu sou todo-suficiente para ti, cômescio da Minha onipotência, e tudo estará bem contigo.

Aduzamos agora algumas das muitas *provas* das asseverações feitas em nossas frases de abertura, provas fornecidas pelo Espírito Santo e pelo Senhor Jesus na aplicação que Eles fizeram das Escrituras. É muito impressionante, de fato, descobrir que o primeiríssimo mandamento moral que Deus deu à humanidade, a saber, o que devia regular a relação matrimonial, foi indiretamente expresso em termos tais que compreendia uma lei divina que é universal e perpetuamente comprometedora: “Portanto, deixará o varão o seu pai e a sua mãe e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos uma carne” (Gn 2.24) — citado por Cristo em Mateus 19.5. “Quando um homem tomar uma

²² Jo 6.63. (N. do T.)

²³ 2 Co 12.9, KJV. (N. do T.)

mulher, e se casar com ela, então será que, se não achar graça em seus olhos, por nela achar coisa feia, ele lhe fará escrito de repúdio” (Dt 24.1). Aquele estatuto foi dado nos dias de Moisés, entretanto, encontramos nosso Senhor referindo-se ao mesmo e dizendo aos fariseus de Seu tempo: “Pela dureza dos vossos corações *vos* deixou ele escrito esse mandamento” (Marcos 10.5).

O princípio pelo qual estamos aqui contendendo é belamente ilustrado no Salmo 27.8: “Quando tu disseste: Buscai o meu rosto; o meu coração te disse a ti: O teu rosto, Senhor, [*eu*] buscarei”. Desse modo, ele tornou particular o que era geral, aplicando para si mesmo pessoalmente o que foi dito aos santos coletivamente. Tal é o uso que sempre cada um de nós deveria fazer de toda parte da Palavra de Deus — como vemos o Salvador em Mateus 4.7, modificando o “vós” de Deuteronômio 6.16 para “tu”. Outra vez assim em Atos 1.20, KJV, encontramos Pedro, quando aludindo à apostasia de Judas, alterando o “que a habitação *deles*” do Salmo 69.25 [KJV] para “que a habitação *dele* fique desolada”. Isso não era tomar uma liberdade indevida com a Sagrada Escritura, antes, era fazer uma aplicação específica do que era indefinido.

“Não te glories na presença do rei, nem te ponhas no lugar dos grandes; porque melhor é que te digam: Sobe para aqui; do que seres humilhado diante do príncipe a quem já os teus olhos viram” (Pv 25.6,7). Sobre esse verso, Thomas Scott com justiça observou: “Não pode haver dúvida razoável de que nosso Senhor referia-se àquelas palavras em Sua admoestação aos ambiciosos hóspedes na mesa do fariseu (Lucas 14.7-11), e assim foi compreendido. Logo, assim como isso dá a sanção dEle ao livro de Provérbios, também mostra que aquelas máximas podem ser aplicadas a casos similares, e que não precisamos limitar sua interpretação exclusivamente ao assunto que deu ensejo a elas”. Nem mesmo a presença de Cristo, Seu santo exemplo, Sua celestial instrução, podia restringir a luta entre os Seus discípulos sobre qual deles deveria ser o maior. Amar ter o primado (3 João 9,10) é a peste da piedade nas igrejas.

“Eu o Senhor te chamei... e te darei por concerto do povo, e para luz dos gentios”; “também te darei para luz dos gentios, para seres a minha salvação até à extremidade da terra” (Is 42.6; 49.6). Essas palavras foram proferidas pelo Pai sobre o Messias, todavia, em Atos 13.46,47 achamos Paulo dizendo de si mesmo e de Barnabé: “Eis que nos voltamos para os gentios. Porque o Senhor assim *no*-lo mandou: Eu te pus para luz dos gentios, para que sejas de salvação até aos confins da terra”! Assim, outra vez em Romanos 10.15 encontramos que o Apóstolo foi inspirado a fazer aplicação ao servo de Cristo do que foi dito imediatamente dEle: “Quão formosos sobre os montes são os pés do que anuncia as boas-novas, que proclama a paz” (Is 52.7, ACF): “Como pregarão, se não forem enviados? como está escrito: Quão formosos

os pés dos que anunciam a paz, *dos* que anunciam a paz” (Rm 10.15). “Perto está o que me justifica... quem há que me condene?” (Is 50.8,9): o contexto demonstra de forma inequívoca que Cristo é quem ali fala, não obstante, em Romanos 8.33, 34 o Apóstolo não hesita em aplicar tais palavras aos membros de Seu corpo: “Quem intentará acusação contra os escolhidos de Deus? É Deus quem os justifica. Quem os condenará?”.

A inefavelmente solene comissão dada a Isaías concernente à sua geração apóstata (6.9,10) foi aplicada por Cristo ao povo de Seu tempo, dizendo: “E neles se cumpre a profecia de Isaías” (Mt 13.14,15). De novo, em 29.13, Isaías anunciou que o Senhor disse: “Este povo se aproxima de mim, e com a sua boca, e com os seus lábios me honra, mas o seu coração se afasta para longe de mim”, enquanto em Mateus 15.7 encontramos Cristo dizendo aos escribas e fariseus: “Hipócritas, bem profetizou Isaías a *vosso* respeito, dizendo: Este povo honra-me com os seus lábios,” etc. Mais notável ainda é a repreensão de Cristo aos saduceus, que negavam a ressurreição do corpo: “Não tendes lido o que Deus *vos* declarou, dizendo: Eu sou o Deus de Abraão, o Deus de Isaque, e o Deus de Jacó? Ora, Deus não é Deus dos mortos, mas dos vivos” (Mt 22.31,32). O que Deus falou imediatamente a Moisés na sarça ardente foi igualmente tencionado para a instrução e o conforto de todos os homens até o fim do mundo. O que o Senhor disse a uma pessoa em particular, Ele diz a todo favorecido em ler a Sua Palavra. Assim, isso nos faz ficar preocupados em ouvir e atentar à mesma, pois pela Palavra seremos julgados no último grande dia (Jo 12.48).

O princípio fundamental pelo qual estamos aqui contendendo está claramente expresso novamente por Cristo em Marcos 13.37: “E as coisas que vos digo digo-as a todos: Vigiai”. Essa exortação aos Apóstolos é dirigida diretamente aos santos em todas as gerações e lugares. Como bem o disse Owen: “As Escrituras falam a toda era, toda igreja, toda pessoa, não menos do que àqueles a quem primeiro foram elas dirigidas. Isso nos mostra como devemos ser tocados ao ler a Palavra: devemos lê-la como uma carta escrita pelo Senhor da graça a partir do céu, *a nós nominalmente*”. Se há livros no Novo Testamento particularmente restringidos, esses são as “Epístolas pastorais”, não obstante, a exortação encontrada em 2 Timóteo 2.19 é generalizada: “*Qualquer* que profere o nome de Cristo aparte-se da iniquidade”. Aqueles que gostam tanto de restringir a Palavra de Deus diriam que “sofre pois comigo as aflições como bom soldado de Jesus Cristo” (versículo 3) é endereçada ao ministro do Evangelho, e não pertence à classe e à fileira dos crentes. Porém, Efésios 6.10-17 mostra (por implicação necessária) que ela se aplica a *todos* os santos, pois a figura do combatente é novamente empregada, e empregada ali sem limitação. A escola Bullinger insiste em que Tiago e Pedro — que alertou sobre aqueles que no último tempo andariam segundo suas próprias

concupiscências ímpias — escreveram aos crentes judeus; mas Judas (dirigida a todos os santificados) declara que eles “*vos diziam*” (versículo 18).

“Já vos esquecesteis da exortação que argumenta convosco como filhos: Filho meu, não desprezes a correção do Senhor” (Hb 12.5). Tal exortação é retirada de Provérbios 3.11, de modo que aqui tem prova adicional de que os preceitos do Antigo Testamento (tal como suas promessas) não estão restritos àqueles que estavam debaixo da economia mosaica, mas aplica-se com igual direitura e força àqueles sob a nova aliança. Observe bem o tempo do verbo “que *argumenta*”: conquanto escrito mil anos antes, Paulo não diz “que tinha argumentado” — as Escrituras são uma Palavra viva, através da qual seu Autor fala *hoje*. Repare também “que argumenta *convosco*” — os santos do *Novo* Testamento: tudo que está contido no livro de Provérbios é tanto verdade quanto a instrução do Pai aos cristãos, da mesma forma que o conteúdo das Epístolas Paulinas. Do começo ao fim daquele livro, Deus se dirige a nós individualmente como “Meu filho” (2.1; 3.1; 4.1; 5.1). Tal exortação é tão prementemente carecida pelos crentes hoje como o era por qualquer um que viveu em eras passadas. Ainda que filhos de Deus, somos ainda filhos de Adão — obstinados, orgulhosos, independentes, demandando ser disciplinados para estar debaixo do cajado do Pai, suportá-lo mansamente e ser desse modo exercitado em nossos corações e consciências.

Uma palavra agora sobre *aplicação transferida*, pela qual queremos dizer o dar uma variação literal à linguagem que seja figurada, ou vice-versa. Desse modo, sempre que o escritor anda sobre estradas de gelo, ele hesita para não literalizar a oração: “Sustenta-me, e serei salvo” (Sl 119.117). “Em paz também me deitarei e dormirei, porque só tu, Senhor, me fazes habitar em segurança” (Sl 4.8) é para ser dado em sua mais ampla extensão, e considerado tanto quanto o repouso do corpo sob a proteção da Providência quanto o repouso da alma na segurança da graça divina protetora. Em 2 Coríntios 8.14 Paulo insiste em que devia haver uma igualdade na doação, ou uma justa distribuição do fardo, na coleta que estava sendo realizada para aliviar os santos aflitos em Jerusalém. Tal apelo era sustentado em: “Como está escrito: O que muito colheu não teve de mais; e o que pouco, não teve de menos”. Essa é uma referência ao maná apanhado pelos israelitas (Ex 16.18): aqueles que colheram a maior quantidade tinham mais para dar aos idosos e enfermos; assim, os cristãos ricos devem usar seu excedente para prover para os pobres do rebanho. Contudo, grande cuidado precisa ser tomado para que não colidamos com a Analogia da Fé: assim, “os da casa de Saul se iam enfraquecendo” (2 Sm 3.1) certamente não tem o significado de que “a carne” se enfraquece à medida que o crente cresce na graça, pois a experiência cristã universal atesta que o pecado interior se move com vigorosa intensidade, tanto no fim quanto no começo.

Uma breve palavra sobre *dupla aplicação*. Ao passo que os pregadores devem sempre estar alertas para não tomar o pão dos filhos e lançá-lo aos cachorrinhos²⁴, ao aplicar ao não salvo promessas dadas a ou declarações que digam respeito aos santos; por outro lado, precisam lembrar aos crentes da *força contínua* das Escrituras e de sua presente conveniência aos seus casos. Por exemplo, o gracioso convite de Cristo, “vinde a mim, todos os que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei” (Mt 11.28), e “se alguém tem sede, venha a mim, e beba” (João 7.37), não devem ser limitados à nossa primeira aproximação do Salvador como pecadores perdidos, mas, como diz 1 Pedro 2.4, “chegando-vos” — no tempo presente. Repare também em “choram” e não “tem chorado” em Mateus 5.4, e “têm fome” no verso 6. De maneira semelhante, a auto-humilhante palavra, “quem te diferencia” (1 Co 4.7) hoje: primeiro dos não-salvos; segundo, do que *nós* éramos antes do novo nascimento; e, terceiro, dos outros cristãos com menos graças e dons. Ora, ele é um Deus soberano e, por isso, nada tens do que te jactar e nenhuma razão para te gloriars.

Uma palavra agora sobre *a aplicação do Espírito* da Palavra ao coração, e nossa tarefa fica completada. Isto é descrito em um versículo tal como “Porque o nosso evangelho não foi a vós somente em palavras, mas também em poder, e no Espírito Santo, e em muita certeza” (1 Ts 1.5). Aquilo é muito mais do que possuir uma mente informada ou as emoções excitadas, e algo radicalmente diferente de ficar impressionado pela oratória, sinceridade etc. do pregador. A pregação do Evangelho tem de ser acompanhada por uma operação sobrenatural do Espírito, e pela graça eficaz de Deus, de modo que as almas sejam divinamente avivadas, convencidas, convertidas, libertas do domínio do pecado e de Satanás. Quando a Palavra é aplicada pelo Espírito a uma pessoa, ela atua como a entrada de uma espada de dois gumes dentro do homem interior, traspassando, ferindo, matando sua autocomplacência e justiça própria²⁵ — como no caso de Saulo de Tarso (Rm 7.9,10). Isso é a “demonstração de Espírito” (1 Co 2.4), pela qual Ele dá provas da Verdade pelos efeitos produzidos no indivíduo ao qual ela é salvificamente aplicada, para que tenha ele “muita certeza” — i.e. ele *sabe* que é a *Palavra de Deus* devido à transformação radical e permanente operada em si.

Ora, o filho de Deus tem necessidade diária dessa graciosa obra do Espírito Santo: fazer a Palavra operar “eficazmente” (1 Ts 2.13, KJV) dentro de sua alma e verdadeiramente dirigir sua vida, para que ele possa com gratidão reconhecer: “Nunca me esquecerei dos teus preceitos, pois por eles *me tens vivificado*” (Sl 119.93). Para tal vivificação é obrigação e privilégio dele orar (versículos 25, 37, 40, 88, 107, 149, etc.). É um pedido fervoroso para que ele possa ser renovado “de dia em dia” no homem interior (2 Co 4.16), para

²⁴ Mc 7.27. (N. do T.)

²⁵ Hb 4.12. (N. do T.)

que ele possa ser corroborado “com poder pelo seu Espírito” (Ef 3.16), para que ele possa ser reavivado e incentivado a andar na vereda dos mandamentos de Deus (Sl 119.35). É uma petição sincera, para que seu coração possa ter temor, por um contínuo senso da majestade divina, e derretido por uma percepção de Sua bondade, de modo que ele possa ver a luz na luz de Deus²⁶, reconhecendo o mal nas coisas interditas e a bênção das coisas ordenadas. “Vivifica-me”²⁷ é uma oração por graça vitalizadora, para que lhe possa ser ensinado o que é útil (Is 48.17), para o aumento de sua fé²⁸, o fortalecimento de suas expectativas, o ardor de seu zelo. É equivalente a “leva-me tu, correremos após ti” (Cantares 1.4).

²⁶ Sl 36.9. (N. do T.)

²⁷ Sl 119.25. (N. do T.)

²⁸ Lc 17.5. (N. do T.)

NOTA DE ESCLARECIMENTO

A. W. Pink escreveu a presente série de cinco artigos imediatamente antes de sua morte em 15 de julho de 1952. Eles foram publicados em sua revista *Studies in the Scriptures* para as edições (algumas póstumas, portanto) de junho a outubro daquele mesmo ano. Mesmo após o rompimento de Pink com o dispensacionalismo (no início da década de 1930), vários dispensacionalistas, infelizmente, continuaram (e ainda continuam!) republicando alguns dos escritos de Pink da época em que foi dispensacionalista [a saber, *The Redeemer's Return* (1918) e *The Antichrist* (1922-3) e *Parables of Matthew 13* (1927-8) – sem traduções em português.] Entretanto, tais artigos demonstram que a posição do escritor permaneceu, após sua consideração ponderada sobre o assunto (nas suas próprias palavras), contrária àquela escola de pensamento teológico até a sua morte.

UMA BREVE BIOGRAFIA

Arthur Walkington Pink (1886-1952)



Evangelista e erudito bíblico nascido em Nottingham, Inglaterra, A. W. Pink foi dedicado a Cristo por sua mãe antes de nascer. Porém, quando jovem, afastou-se da fé de seus piedosos pais e aderiu à Teosofia (o movimento Nova Era de sua época). Entretanto, em 1908, passa por uma contundente experiência de conversão ao Evangelho e, simultaneamente, sente-se chamado para o ministério. Assim, em 1910, aos vinte e quatro anos de idade, cruza o Atlântico para entrar no Instituto Bíblico Moody, em Chicago, mas sai de lá após dois meses, para assumir uma igreja, a primeira de uma série de esforços fracassados no ministério pastoral. Em 1916, casou-se com Vera E. Russell.

Nos anos seguintes ao abandono do curso, veio a adotar uma posição teológica ardente e estritamente calvinista, após aplicar-se ao estudo do pensamento puritano. Logo estaria manejando uma prolífica pena, tornando-se professor itinerante da Bíblia em 1919, devotando, a partir de então, sua vida ao estudo e exposição do Livro Santo, que viria a ler mais de cinquenta vezes e num ritmo de até dez capítulos por dia (!). Em 1922, deu início a uma revista mensal com o título de *Studies in Scriptures*, voltada à exposição das Escrituras e cujos artigos viriam a ser a fonte da maioria de seus trabalhos, que circulou entre cristãos de língua inglesa espalhados pelo mundo e que nunca chegou a atingir uma tiragem de mil exemplares, e que circulou até à época de sua morte; foi, sem dúvida, seu maior monumento. De 1925 a 1928, atuou na Austrália, pregando, escrevendo e pastoreando duas congregações entre 1926 e 1928, quando retornou à Inglaterra. No ano seguinte, retornava aos Estados Unidos para mais oito anos de pastoreios mal-sucedidos no Colorado, em Kentucky e na Carolina do Sul. Para alguns, a razão da fraca acolhida de seu ministério nesse campo deveu-se à personalidade excêntrica (de fato, Pink não se encaixava em qualquer lugar).

Em 1934, retornou em definitivo à sua pátria natal, fazendo residência na Ilha de Lewis (Escócia) em 1940, onde permanece em isolamento

praticamente até sua morte, sem nenhuma ligação formal com qualquer denominação — posição que não deve ser defendida nem justificada. A partir de então, seu serviço no Reino de Deus passou a ser escrever dúzias de livros e mais de dois mil artigos, todavia, sem sucesso editorial.

Em sua época, Arthur Pink era praticamente desconhecido e, certamente, não era apreciado. O estudo por conta própria da Bíblia firmou-lhe a convicção de que muito do moderno evangelismo era defeituoso. Fez frente à crescente aceitação do arminianismo mesmo em tradicionais redutos calvinistas, como as igrejas batistas, levando adiante, com zelo incansável, os princípios da então abandonada literatura reformada. Para ele, o declínio espiritual da Grã-Bretanha era resultante de um “evangelho” que nem feria (com convicção de pecado) nem curava (pela regeneração).

Após o seu falecimento em 1952, porém, ele veio a ter significativa influência. Tendo suas obras republicadas por *The Banner of Truth Trust*, veio a alcançar um público muito maior como conseqüência (quase 178 mil exemplares vendidos apenas de *The Sovereignty of God*, por exemplo). Seu biógrafo Iain Murray observou: “A difundida circulação de seus escritos após sua morte tornou-o um dos mais influentes autores evangélicos da segunda metade do século XX”. Familiarizado com toda a gama da verdade, Pink raramente se desviou dos grandes temas: graça, justificação e santificação. A nossa geração tem com ele uma grande dívida, pela permanência da luz que ele lançou, pela divina graça, sobre a verdade da Bíblia Sagrada. Seus escritos lançaram a fâsca que deu início ao reavivamento da pregação bíblica e levaram muitos leitores a focalizarem o coração na vida de acordo com a Palavra de Deus.

Algumas frases de A. W. Pink:

- “A tendência da moderna teologia — se se pode chamá-la de teologia — é sempre rumo à deificação da criatura ao invés da glorificação do Criador”.
- “Não perguntamos: ‘Cristo é seu Salvador’, mas: ‘É Ele, real e verdadeiramente, seu Senhor?’ Se Ele não for seu Senhor, então, com a mais absoluta certeza, Ele não é seu Salvador”.
- “O fundamento de todo verdadeiro conhecimento de Deus deve ser uma clara apreensão mental de Suas perfeições como reveladas nas Escrituras. Não se pode confiar, adorar ou servir a um Deus desconhecido”.

- “O *Deus* deste século vinte não se assemelha mais ao Soberano Supremo das Escrituras Sagradas do que a bruxuleante e fosca chama de uma vela se assemelha à glória do sol do meio-dia. O *Deus* de que se fala atualmente no púlpito comum, comentado na escola dominical em geral, mencionado na maior parte da literatura religiosa da atualidade e pregado em muitas das conferências bíblicas, assim chamadas, é uma ficção engendrada pelo homem, uma invenção do sentimentalismo piegas. Os idólatras do lado de fora da cristandade fazem “deuses” de madeira e de pedra, enquanto que os milhões de idólatras que existem dentro da cristandade fabricam um *Deus* extraído de suas mentes carnisais. Na realidade, não passam de ateus, pois não existe alternativa possível senão a de um Deus absolutamente supremo, ou nenhum deus. Um *Deus* cuja vontade é impedida, cujos desígnios são frustrados, cujo propósito é derrotado, nada tem que se lhe permita chamar Deidade, e, longe de ser digno objeto de culto, só merece desprezo”.

Livros traduzidos no Brasil:

- *Attributes of God* (Os Atributos de Deus, Editora PES)
- *Profiting from the Word of God* (Enriquecendo-se com a Bíblia, Editora Fiel)
- *Studies on Saving Faith* (Estudo sobre a Fé Salvífica, Site Monergismo.com)
- *A Study of Dispensationalism* (Uma Refutação Bíblica ao Dispensacionalismo, Site Monergismo.com)
- *The Doctrine of Justification* (A Doutrina da Justificação, Site Monergismo.com)
- *The Seven Sayings of the Saviour on the Cross* (Os Sete Brados do Salvador sobre a Cruz, Site Monergismo.com)
- *The Sovereignty of God* (Deus é Soberano, Editora Fiel)